



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

MARIA EULALIA PEREIRA JOB

**UM ESTUDO ACERCA DAS VARIÁVEIS DOS PROFISSIONAIS DA
CONTABILIDADE, CONCEPÇÕES, MOTIVAÇÕES E DIFICULDADES
DA IMPLANTAÇÃO DO SPED FISCAL NO MUNICÍPIO DE SOUSA/PB**

**SOUSA - PB
2010**

MARIA EULALIA PEREIRA JOB

**UM ESTUDO ACERCA DAS VARIÁVEIS DOS PROFISSIONAIS DA
CONTABILIDADE, CONCEPÇÕES, MOTIVAÇÕES E DIFICULDADES
DA IMPLANTAÇÃO DO SPED FISCAL NO MUNICÍPIO DE SOUSA/PB**

**Monografia apresentada ao Curso de
Ciências Contábeis do CCJS da
Universidade Federal de Campina
Grande, como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharela em
Ciências Contábeis.**

Orientador: Professor Me. Harlan de Azevedo Herculano.

**SOUSA - PB
2010**

MARIA EULALIA PEREIRA JOB

**UM ESTUDO ACERCA DAS VARIÁVEIS DOS PROFISSIONAIS DA CONTABILIDADE,
CONCEPÇÕES, MOTIVAÇÕES E DIFICULDADES NA IMPLANTAÇÃO DO SPED FISCAL
NO MUNICÍPIO DE SOUSA/PB**

Monografia apresentada e aprovada em 07 de Dezembro 2010, à coordenação do curso de Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Campina Grande Campos de Sousa – PB, como trabalho de conclusão para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, sendo aprovada pela seguinte banca examinadora.

BANCA EXAMINADORA:

Profº Msc Harlan de Azevedo Herculano
Orientador

Profº Msc Thiago Alexandre das Neves Almeida
Banca examinadora

Profª Msc Raquel Andrade Barros
Banca examinadora

Sousa/PB
2010

A Deus, Senhor todo Poderoso e Onipotente, que guiou-me durante toda a vida acadêmica, fazendo com que não desanimasse diante dos obstáculos.

A meus familiares, em especial meu filho LINCOLN BATISTA DE SOUSA JOB por ser minha fortaleza, minha fonte de inspiração e razão de meu viver.

AGRADECIMENTOS

Gostaria inicialmente de agradecer a DEUS pelo dom da vida, por ser ele o responsável por minhas conquistas e vitórias, por esse momento de alegria que me proporciona, no qual celebramos o final de uma grande etapa e o começo de uma nova jornada.

A meu filho Lincoln Batista de Sousa Job, pela compreensão dos momentos de ausência, pelo amor e carinho que me proporciona e pela sua existência, que me faz encarar a vida de maneira diferente sendo mais feliz e prazerosa.

A meus pais Edvaldo Job e Marluce Pereira da Silva Job, que me deram a vida e ensinaram-me a vivê-la com dignidade, que iluminaram meus caminhos para que caminhasse sem medo e com esperança.

A minhas irmãs Edna, Elisangela e Elane por serem minhas grandes amigas e companheiras durante toda a vida. E a minha sobrinha Julia por proporcionar momentos de alegria.

A meus irmãos e sobrinhos que estão distante fisicamente, mas próximos no coração, que apesar da distância torcem por todos nós.

As minhas amigas Lucinete, Elaine, Rose, Juliana, Marcia, Sileide, Gerliane e os demais amigos por compartilharem durante a vida acadêmica os momentos de alegria, tristezas e angústias.

As minhas companheiras de trabalho Pollyana e Flavia. Pollyana por ter coragem de investir juntamente comigo em um novo empreendimento, nosso escritório "SERCONT", e Flavia em acreditar e confiar em nós e nos ajudar nessa longa caminhada pelo reconhecimento de nosso trabalho.

A todos os professores em especial meu orientador Harlan de Azevedo Herculano que sem medir esforços me orientou de forma precisa, e com seus ensinamentos e conhecimentos enriqueceu este trabalho com críticas construtivas.

Resumo

Com a tecnologia da informação grandes transformações estão ocorrendo nos mais variados ramos de atuação, com a Contabilidade não poderia ser diferente, é preciso acompanhar a evolução tecnológica para tornar seus serviços mais ágeis e precisos. Sendo assim, foi implantado um novo sistema de Escrituração Fiscal Digital o "Sped Fiscal". O objetivo da pesquisa foi verificar o interesse dos profissionais de contabilidade da cidade de Sousa/PB em relação às mudanças ocorridas na profissão contábil, com relação à implantação do Sped Fiscal e quais as dificuldades, concepções e motivações dos mesmos. Inicialmente há uma explanação do conceito de Sped Fiscal e da evolução da Contabilidade em relação à forma de escrituração desde o início dos registros contábeis. A metodologia utilizada foi fenomenológica e o método foi o estudo de caso sendo aplicado um questionário junto aos escritórios de contabilidade da cidade de Sousa/PB. De acordo com a análise dos dados em relação às motivações do Sped Fiscal 40% afirma que com a implantação da NF-e os serviços contábeis ficaram mais ágeis, com relação às dificuldades enfrentadas com a implantação do Sped Fiscal, 45% responderam que era um sistema complexo, 65% afirmou que foi boa a aceitação dos clientes e 70% concordam que às vezes os clientes colaboram com a implantação do Sped Fiscal. Chegando a conclusão que os objetivos foram alcançados e a problemática em questão foi respondida de forma satisfatória, podendo ser observado que os profissionais de contabilidade da cidade de Sousa/PB estão acompanhando as mudanças impostas pela legislação, onde os mesmos estão de atualizando constantemente e se qualificando para prestar um melhor serviço a seus clientes.

Palavras Chaves: Tecnologia da Informação, Contabilidade, Escrituração Fiscal Digital.

ABSTRACT

With the information technology major changes are occurring in various branches of activity, with the Accounts could not be different, you must follow the technological evolution to make their services more responsive and precise, so it was implemented a new system of Digital Tax the "Fiscal Sped. The research objective was to assess the interest of the accountancy profession in relation to changes in the accounting profession in relation to the deployment of Sped Fiscal and what are the difficulties, conceptions and their motivations. Initially there is an explanation of the concept of Sped Fiscal Accounting and developments concerning the form of bookkeeping from the beginning of the accounting records. A phenomenological methodology was used and the method was the case study by applying a questionnaire to the accounting offices of the city of Sousa, PB. According to the data analysis in relation to the motivations of Sped Fiscal 40% say that with the implementation of the NF-accounting services and become more agile, with respect to difficulties encountered with the implementation of Sped Fiscal, 45% said it was a complex system, 65% said it was a good customer acceptance and 70% agree that sometimes customers collaborate with the implementation of the Fiscal Sped. Reaching the conclusion that the objectives were achieved and the problem in question has been answered satisfactorily, and can be observed that the accounting profession in the city of Sousa / SW are embracing the changes imposed by legislation, where they are in constantly updating and qualifying to provide better service to its customers.

Keywords: Information Technology, Accounting, Digital Tax.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1 - Emissão e Transmissão de NF-e..... | 14 |
| Figura 2 - Consulta pela internet da NF-e..... | 15 |
| Figura 3 - Envio NF-e operações interestaduais e internacionais..... | 16 |
| Figura 4 - Confirmação Recebimento via "web service"..... | 17 |
| Figura 5 - Transmissão em formulário de segurança..... | 19 |
| Figura 6 - Modelo de um certificado Digital..... | 23 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Gráfico 1 - Grau de Instrução..... | 33 |
| Gráfico 2 - Faixa Etária..... | 33 |
| Gráfico 3 - Experiência Profissional..... | 34 |
| Gráfico 4 - Área de Atuação..... | 35 |
| Gráfico 5 - Horas trabalhadas por dia..... | 35 |
| Gráfico 6 - Dificuldades no exercício da profissão..... | 36 |
| Gráfico 7 - Fonte de informação e Atualização..... | 36 |
| Gráfico 8 - Como conheceu Sped Fiscal..... | 37 |
| Gráfico 9 - Com o Sped Fiscal a Profissão Contábil..... | 38 |
| Gráfico 10 - Com NF-e os Serviços Contábeis..... | 38 |
| Gráfico 11 - Concorde com as mudanças na profissão..... | 39 |
| Gráfico 12 - Mudanças Importantes para Alavancar a Profissão Contábil..... | 39 |
| Gráfico 13 - Dificuldades na implantação do Sped Fiscal..... | 40 |
| Gráfico 14 - Aceitação do Cliente..... | 41 |
| Gráfico 15 - Cliente Colabora com a Implantação do Sped Fiscal..... | 41 |

LISTA DE SIGLAS

AC - Autoridades Certificadoras

AIDF - Auto de Impressão de Documento Fiscal

B2B - Business to Business

COFINS – Contribuição sobre o Financiamento da Seguridade Social

CTN - Código Tributário Nacional

DANFE – Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica

DPC - Declaração de Práticas de Certificação

EFD - Escrituração Fiscal Digital

ENCAT - Encontro Nacional de Administradores Tributários Estaduais

ERP - Enterprise Resource Planning

IASB - International Accounting standards Board

FS - Formulário de Contingência de Segurança

ICMS- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

ISS – Imposto sobre Prestação de Serviço

IRPF – Imposto de Renda Pessoa Física

IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica

NF-e – Nota Fiscal Eletrônica

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PIS – Programa de Integração Social

RFB – Receita Federal do Brasil

SEFAZ - Secretaria da Fazenda

SPED - Sistema Público de Escrituração Digital

STF – Superior Tribunal Federal

STN - Sistema Tributário Nacional

TI - Tecnologia da Informação

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 13 |
| 1.1 Tema e problema | 14 |
| 1.2 Objetivos | 15 |
| 1.2.1 Objetivo geral..... | 15 |
| 1.2.2 Objetivos específicos | 15 |
| 1.3 Justificativa | 15 |
| 1.4 Procedimentos Metodológicos | 16 |
| 1.4.1 Classificação da pesquisa | 16 |
| 1.4.1.1 Quanto aos procedimentos..... | 17 |
| 1.4.1.2 Quanto a abordagem do problema | 17 |
| 1.4.1.3 Quanto a coleta dos dados..... | 17 |
| 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA | 18 |
| 2.1. Escrituração Fiscal Digital | 18 |
| 2.2. Nota Fiscal Eletrônica – NF-e..... | 21 |
| 2.2.1 Benefícios para o Contribuinte Vendedor (Emissor da NF-e) | 22 |
| 2.2.2 Benefícios para o Contribuinte Comprador (Receptor da NF-e) | 23 |
| 2.2.3 Benefícios para a Sociedade | 24 |
| 2.2.4 Benefícios para as Administrações Tributárias | 25 |
| 2.2.5 Funcionamento da emissão da NF-e | 26 |
| 2.2.6 Consulta da Nota Fiscal Eletrônica..... | 27 |
| 2.2.8 Envio da NF-e em operações interestaduais e internacionais..... | 29 |
| 2.2.9 Confirmação do recebimento pelo destinatário..... | 30 |
| 2.2.10 Cancelamento da Nota Fiscal Eletrônica..... | 31 |
| 2.2.11 Transmissão da NF-e em Regime de Contingência..... | 31 |
| 2.3 Certificação Digital | 32 |
| 2.4 DANFE..... | 35 |

| | |
|--|-----------|
| 2.5 SEFAZ | 37 |
| 2.6 Contabilidade Tributária | 39 |
| 2.7 Tecnologia da Informação | 40 |
| 2.8 O Fisco | 44 |
| 3. Descrição e Análise dos Dados..... | 46 |
| 4. Considerações Finais..... | 56 |
| | |
| REFERÊNCIAS | 58 |
| | |
| APÊNDICE – QUESTIONÁRIO | 60 |

1. Introdução

O atual sistema de emissão de documentos fiscais é realizado de forma tradicional em relação aos países globalizados, por ainda preencher notas fiscais de forma manual em talões, ou até mesmo sistema mecanizado com a tradicional máquina de escrever, que já esta ultrapassada, e ate mesmo por um sistema que preenche de forma eletrônica formulários contínuos de lançamentos feitos manualmente.

De acordo com Azevedo e Mariano (2009) ao longo dos anos percebe-se a evolução nos campos dos mais variados ramos de atuação, não podendo ser diferente, a contabilidade também vem evoluindo, onde seus registros mais antigos, datados da pré-história aproximadamente 10.000 a.c. sofre mudanças inevitáveis, com o surgimento da escrita, dos números, das partidas dobradas, máquinas e por fim a informatização. Com base no que foi exposto entende-se que com as mudanças tecnológicas os profissionais contábeis, necessitam estar se atualizando para acompanhar esta evolução, se capacitando para prestar o melhor serviço a seus clientes.

De acordo SÁ (1998), nenhum conflito existe entre o uso da informática e a ciência contábil. Pelo contrário, a informática é uma das mais poderosas conquistas para a Contabilidade, quer no processamento de dados, quer no estudo dos eventos que geram as informações.

E para confirmar essa afirmativa uma ferramenta importante esta sendo implantada neste novo cenário, é o SPED (Sistema Público de Escrituração Digital), o mesmo foi instituído pelo Decreto 6.022/07, visando incluir o Brasil no cenário econômico mundial.

Segundo o Decreto 6.022/07, 2º artigo, o SPED é:

“É um instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração comercial e fiscal dos empresários e das sociedades empresárias, mediante fluxo único, computadorizado, de informações.”

O impacto da tecnologia da informação nas empresas industriais, na economia, sociedade, política e também nos serviços, como é o exemplo dos escritórios de contabilidade, influenciam os profissionais a se adaptarem a uma nova realidade de trabalho, exigindo que os mesmos estejam prontos para atenderem o mercado externo. Passando a assumir novos desafios, traduzidos pelo volume e pela complexidade das transações que envolvem as operações das empresas em geral.

A quebra de paradigmas na atuação do profissional contábil, com a utilização da Tecnologia da Informação, possibilitou que este trabalhasse de forma mais conjunta, participativa e precisa com seus pares (usuários ou outros profissionais) envolvidos no processo de informação.

De acordo com Iudicibus (2004, p.43), afirma que “em termos de mercados de trabalho para o contador, as perspectivas são excelentes”, ou seja, os contadores têm várias funções (contador, auditor, perito, fiscal, etc), isso só dependerá de sua área de especialização e de seu interesse em ser diferente do outros profissionais e se destacar entre os demais profissionais.

Com base no que foi expresso o Sped poderá alavancar a importância do contador em relação à gestão empresarial. Não sendo mais aquele profissional interpretado por muitos que apenas calcula impostos e manda relatórios, mais sim aquele profissional que tem em suas mãos uma grande ferramenta para a tomada de decisões, dedicando-se mais as tarefas de análise de dados, pesquisas em diversas áreas, previsão, consultoria, assessoria, perícia, auditoria dentre outros setores mais produtivos para empresas públicas e privadas como também de interesse para a sociedade, por serem elementos que bem elaborados e administrados podem influenciar na decisão final.

Esta pesquisa pretende contribuir com o estudo da Ciência Contábil de modo que possa orientar o profissional contábil a refletir sobre as mudanças e paradigmas enfrentados, bem como a encontrar meios e alternativas que conduzam as organizações à continuidade de suas atividades com eficiência e eficácia.

1.1 Tema e problema

Um contador para se manter no mercado de trabalho é preciso esta acompanhando as mudanças que estão sendo ocorridas constantemente, para com isso dar uma melhor assistência a seus clientes.

Partindo da visão mencionada acima o projeto de pesquisa que tem como tema: Um Estudo Acerca das variáveis dos profissionais da contabilidade, Concepções, Motivações e Dificuldades na Implantação do SPED no Município de Sousa/PB

Baseada nesse contexto surge à seguinte indagação: **Quais as concepções, motivações e dificuldades encontradas pelos profissionais de Contabilidade da cidade de Sousa/PB em relação à implantação do SPED FISCAL?**

1.2 Objetivos

1.2.1. Objetivo Geral

Investigar as concepções, motivações e dificuldades, encontradas pelos profissionais de contabilidade do município de Sousa/PB com a implantação do Sped Fiscal.

1.2.2. Objetivos específicos

- Identificar o perfil do profissional de contabilidade da cidade de Sousa/PB.
- Analisar o conhecimento dos profissionais de contabilidade em relação as Escrituração Fiscal Digital;
- Identificar o interesse dos contadores com a implantação da Nota Fiscal Eletrônica;
- Verificar se os profissionais de contabilidade estão acompanhando as mudanças do Sistema de Informação Contábil Fiscal;
- Relatar as principais dificuldades encontradas pelos Contadores com a implantação do Sped Fiscal.

1.3 Justificativa

Diante de um cenário totalmente globalizado, e inovações tecnológicas o presente trabalho justifica-se pela relevância do tema Sped Fiscal que esta sendo bastante discutido na atualidade, tendo em vista as constantes mudanças ocorridas no sistema de informação contábil, principalmente pela adesão do Brasil ao IASB (International Accounting Standards Board), que traduzida para o português significa Conselho Internacional de Princípios de Contabilidade, bem como as alterações na legislação da contabilidade societária com a lei 11.638/07.

Como pode ser observado o impacto da tecnologia da informação na área contábil, Para Churchman (1972): "Um dos papeis mais relevantes da tecnologia da informação é a possibilidade de aceleração do processamento de dados, para que a informação seja mais rápida, a tempo de dar suporte às decisões dos gestores, além do conseqüente aumento na confiabilidade da informação."

De acordo com o autor a tecnologia da informação acirrou a competitividade do sistema de informação contábil, reduziu os custos da informação, aumentou a velocidade do

processamento de dados e da confiabilidade na informação, além de fornecer a informação em tempo real.

Conforme Oliveira (1997, p.12), "o sucesso da profissão, na atual conjuntura, depende de alguns fatores importantes, como: capacidade de interpretar corretamente legislação, principalmente a societária e a tributária, senso de organização e controle, domínio da informática e visão gerencial".

Além da preparação dos profissionais da área contábil que pode ser vista como diferencial, a expansão da classe contábil diante das novas tecnologias para a tomada de decisões, de acordo com a definição as profissões ganham relevância à medida que aumenta a percepção social de sua importância e a complexidade de suas atividades.

Dentre outras justificativas estão:

- Mudança no Código tributário Nacional;
- Simplificação das obrigações acessórias;
- Redução de erros de escrituração devido a erros digitação de notas fiscais;
- Redução do consumo de papel, com impacto positivo ao meio ambiente;
- Diminuição da sonegação e aumento da arrecadação.

Através das várias pesquisas feitas em livros, artigos científicos, entre outros percebeu-se a necessidade de se estudar o tema por ser um assunto novo e de grande repercussão, na qual, vem mudar a rotina de todos os envolvidos no processo da Escrituração Fiscal Digital. Por ser uma cidade no Sertão da Paraíba onde a população é relativamente pequena em relação às maiores cidades do estado da Paraíba, onde as dificuldades para cursos presenciais de aperfeiçoamentos escassa, sendo escolhida para delimitar o tema para investigar o quanto os profissionais da cidade estão empenhados em melhorar seus serviços.

1.4. Procedimentos Metodológicos

1.4.1 Classificação da pesquisa

Diante do segmento escolhido, Profissionais de Contabilidade do Município de Sousa-PB em relação à implantação do SPED Fiscal, para atingir os objetivos propostos e fundamentar os resultados da problemática será necessária o uso dos seguintes métodos:

1.4.1.1 Quanto aos procedimentos foi realizada uma pesquisa de cunho bibliográfico e um estudo de caso feito por meio de questionário aplicado nos escritórios de contabilidade da cidade de Sousa/PB devidamente registrados na Coletoria Estadual da Paraíba de Sousa/PB.

Pesquisas bibliográficas para dar firmeza ao referencial teórico serão utilizadas instrumentos como livros, artigos científicos, periódicos, revistas, dissertações, internet para explicar determinados fatos ou problemas.

De acordo com Gil (1999 apud Beuren 2006, p.87):

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida mediante material já elaborado, principalmente livros e artigos científicos, o material consultado na pesquisa bibliográfica abrange todo o referencial já tornado público em relação ao tema de estudo, desde as publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, dissertações, teses, entre outros. Por meio dessas bibliografias reúnem-se conhecimentos sobre a temática pesquisada.

Segundo o autor mencionado a pesquisa bibliográfica faz uso de material já elaborado de forma a dar um maior respaldo ao referencial teórico, em relação aos temas propostos nas pesquisas.

1.4.1.2 Quanto à abordagem do problema

Quanto à abordagem do problema foi utilizada a pesquisa qualitativa e quantitativa, onde Segundo Richardson (1999, p. 80) “Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”. Com base no autor a pesquisa é qualitativa por interpretar um fenômeno que se observa, descrevendo-o e compreendendo seu significado.

Souza, Fialho e Otani (2007, p. 39) consideram que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas (percentagem, média, moda, mediana, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, etc).

1.4.1.3 Procedimentos da coleta de dados

Através de uma lista de contadores cedida pela Coletoria Estadual da Paraíba do município de Sousa/PB devidamente carimbada e assinada pelo coletor responsável contendo um número de 32 contadores, sendo que desse numero apenas 20 disponibilizaram-se de responder um

questionário contendo 15 questões objetivas, divididas entre identificação do perfil do profissional de contabilidade, qual concepção dos mesmos em relação ao Sped Fiscal, quais suas motivações e dificuldades enfrentadas em relação a implantação do Sped Fiscal, para que com isso fosse respondida a problemática em questão e alcanças os objetivos propostos. Em relação ao tratamento dos dados todas os dados obtidos foram digitados em planilhas do Microsoft Office Excel versão 2007.

No que tange o procedimento de coleta de dados foi feito o uso de questionário aplicado nos escritórios de contabilidade da cidade de Sousa-PB no período de 20 de setembro a 04 de outubro de 2010, para que os contadores pudessem se manifestar diante das mudanças que estão ocorrendo em sua profissão e como os mesmos estão se preparando para atender as exigências do mercado diante dessa nova fase.

2.FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Escrituração Fiscal Digital

No Brasil, a Receita Federal e os Estados estão se unindo para criar um sistema público de Escrituração Fiscal Digital sólido. Para Silva (2006), o sistema consiste na criação de eficientes mecanismos de comunicação e compartilhamento de dados entre as empresas e as entidades governamentais, em tempo real, através do uso da Internet e de certificações digitais, em busca da substituição de documentos físicos, como a nota fiscal e livros fiscais, por documentos digitais, criando o que se poderia conceituar como contabilidade digital.

Neste contexto onde a gestão da informação é fundamental para a empresa na tomada de decisões, percebe-se que o governo busca promover a integração do fisco, racionalizar e uniformizar as informações para os contribuintes e tornar mais fácil a identificação de atos ilícitos tributários além de agilizar as transmissões de declarações, devido as informações serem digitalizadas e não mais um processo manual, diminuindo assim as margens de erros.

Ainda seguindo essa idéia a Escrituração Fiscal Digital vem a substituir diversas obrigações fiscais, instituída pelo Convênio ICMS 146, onde as empresas devem transmitir ao fisco as informações mensalmente a partir de primeiro de janeiro de 2009, com assinatura digital. A Escrituração Fiscal Digital contém inúmeras regras, e as informações devem ser as mais minuciosas possíveis, de interesse principal do fisco em aumentar a arrecadação, de forma a

simplificar e reduzir as obrigações acessórias. E para alcançar esses objetivos é necessário que os órgãos, seja ele fiscalizador, regulamentador ou empresas estejam comprometidos com o processo para que se possa gerar resultados positivos.

Segundo a Lei nº 8846, de 21-01-1994, a nota fiscal eletrônica é um documento que comprova uma transação feita no estabelecimento, seja a compra ou venda de produto ou prestação de serviço. Para Silva (2006) emitir notas fiscais, escriturar livros fiscais, manter e conservar livros e documentos, prestar declarações em formulários próprios, inscrição no CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Estado e o Município, fazem nascer uma obrigação principal, isto é, pagar um tributo ou uma obrigação acessória que é um dever administrativo, que de acordo com o Código Tributário Nacional (CTN), nos art. 114 e 115, o fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência; e o fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

De acordo com o autor a implantação da Escrituração Fiscal Digital o governo submete por força da lei que os contribuintes informarem suas operações, transações de forma detalhada ao Fisco, sendo total mente ao contrario, da forma que era realizada a escrituração fiscal dos livros, na qual, contemplam apenas dados totais dos documentos, desta forma torna-se mais precisa e detalhada as informações.

De acordo com Silva (2006), dentre os objetivos da Escrituração Fiscal Digital estão os de racionalizar obrigações acessórias, uniformizar parte das informações prestadas pelos contribuintes às administrações tributárias das esferas federal, estadual e municipal e reduzir o custo da administração fiscal nos contribuintes.

Ainda de acordo com Silva (2006), o sistema consiste na criação de eficientes mecanismos de comunicação e compartilhamento de dados entre as empresas e as entidades governamentais, em tempo real, através do uso da Internet e de certificações digitais, em busca da substituição de documentos físicos, como a nota fiscal e livros fiscais, por documentos digitais, criando o que se poderia conceituar como contabilidade digital. O governo busca com a implantação da EFD dinamizar as informações e viabilizar as apurações, com a integração dos sistemas o projeto de NF-e instituirá mudanças no processo de emissão e gestão das informações fiscais.

Segundo o autor citado a cima dentre alguns benefícios, estão os de reduzir custos de aquisição de papel, impressão e armazenagem dos livros fiscais substituídos por um arquivo digital, eliminação da obrigação de entrega do arquivo ao SINTEGRA (Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviços), a partir de janeiro de 2009, EFDs entregues ao sistema nacional serão consideradas válidas independentes de qualquer outro processo de verificação. Outro benefício é que com a EFD estarão detalhas as

notas emitidas e recebidas com seus respectivos valores, produtos, quantidades, datas e tudo o que for necessário para sua identificação e localização.

Cornachione *et al*, (1997) *apud* Ludícibus, o objetivo da Contabilidade consiste em fornecer informações para vários usuários de forma a propiciar decisões racionais. A Contabilidade serve para os gestores como suporte para a toma de decisões das empresas, desta forma, a tecnologia da informação oferece um leque de possibilidades para seus usuários, para isso a informática disponibiliza de tecnologia para uma melhor utilização de documentos eletrônicos.

A Contabilidade tem evoluído muito, e aconteceram diversas mudanças na legislação tributária e nos procedimentos contábeis. O processo artesanal de escrituração contábil foi substituído pelo mecanizado e depois pelo informatizado. Mesmo diante de todas as transformações ocorridas ao longo do tempo, sejam elas políticas, sociais ou econômicas, o conceito de contabilidade continua o mesmo, segundo Oliveira (1997), a contabilidade passou a utilizar-se de técnicas e ferramentas mais modernas com o passar dos tempos. Com a invenção do papel surgiram os primeiros registros contábeis manuscritos, os quais tornaram-se ultrapassados com a invenção da máquina de escrever, e esta, por sua vez, deu lugar à informática. Desta forma conclui-se que atualmente vive-se em um mundo em que a tecnologia da informação está por toda parte, assim é natural que a Contabilidade acompanhe esse avanço buscando uma integração maior entre seus usuários.

Segundo a Receita Federal (2010), a fim de integrar as informações, evitar a evasão fiscal e aumentar a arrecadação de impostos foi criado, pelo Decreto nº 6022/07, o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), com o objetivo de padronizar o armazenamento e demonstrar as informações das áreas contábil e fiscal das empresas. O projeto conta com três subprojetos: Nota Fiscal Eletrônica, SPED Contábil e SPED Fiscal. É uma solução tecnológica que oficializa os arquivos digitais das escriturações fiscal e contábil dos sistemas empresariais em um formato digital específico e padronizado dentro dos três âmbitos tributários: federal, estadual e municipal.

Neste contexto observa-se que com a implementação das notas fiscais eletrônicas e com a escrituração contábil e fiscal digital a Receita Federal do Brasil que é o órgão fiscalizador terá o mais completo e imediato mecanismo de cruzamento de dados e atuação fiscal em tempo real tornando assim mais célere a identificação de atos ilícitos tributários.

Ainda de acordo com a Receita Federal do Brasil (2010), a Contabilidade Digital pode ser vista e definida inicialmente como sendo o esforço concentrado do Governo Federal, por intermédio de seus prepostos no Ministério da Fazenda e em especial na Secretaria da Receita Federal (STF), no sentido de padronizar dos registros de escrituração contábil eletrônica ou digital. Nota-se segundo a afirmação da Receita Federal do Brasil que essa forma de operar tem como

intuito o combate à sonegação fiscal e o melhor controle da economia nacional, bem como um ato positivo para com o meio ambiente com a diminuição das impressões das notas fiscais em papel.

Para Pasa (2001), o documento digital tem como suporte material o meio eletrônico, que oferece rapidez e agilidade no trânsito das informações em relação ao suporte material do papel. Desta forma, pode-se perceber que o SPED (Sistema Público de Escrituração Digital) veio para facilitar a vida do contribuinte e as atividades de fiscalização sobre operações e prestações tributadas pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e pelo Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), com maior agilidade, e confiabilidade nos registros.

2.2. Nota Fiscal Eletrônica – NF-e

Segundo Azevedo e Mariano (2009) para a elaboração do projeto da Nota Fiscal Eletrônica, o Brasil buscou exemplos no exterior sendo o mesmo inspirado num modelo chileno que desenvolveu a fatura eletrônica. O projeto no Brasil iniciou-se em abril de 2005 no Encontro Nacional de Administradores Tributários Estaduais (ENCAT).

Conforme descrito pelo *site* da SEFAZ (2010), a NF-e é um documento emitido e armazenado eletronicamente, de existência apenas digital, com o intuito de documentar transações comerciais, cuja validade jurídica consiste para garantia através da assinatura digital do emitente e pela autorização de uso concedida pela SEFAZ (Secretaria da Fazenda). A implantação de um modelo nacional de documento fiscal eletrônico vem substituir a sistemática atual de emissão do documento fiscal em papel. A NF-e tem validade em todos os Estados brasileiros e substituirá as Notas Fiscais Modelos 1 e 1-A, observando todas as hipóteses previstas na legislação em que esses documentos possam ser utilizados. Percebe-se que segundo o autor citado a Nota Fiscal Eletrônica vem modificar todo o sistema de emissão de notas fiscais, se tornando um documento digital onde a transação será feita em tempo real com uma assinatura digital para dar maior confiabilidade as informações sendo que esta transação só serão permitidas diante da autorização da Secretaria da Fazenda.

Para a SEFAZ (2010), a Nota fiscal eletrônica pode ser conceituada como um documento digital, emitido e armazenado eletronicamente, com o objetivo de melhor fiscalizar a circulação de mercadorias ou prestação de serviços, cuja validade jurídica é a certificação digital. Desta forma o autor afirma que essa modernização, pensou-se basicamente na implantação de um modelo nacional de documento fiscal eletrônico, substituindo o documento de papel, de forma a

fortalecer o controle e a fiscalização, simplificar as obrigações acessórias dos contribuintes e permissão para o controle em tempo real das operações comerciais pelo fisco.

No Brasil, junto com as mudanças ocorridas no (STN), Sistema Tributário Nacional, está havendo uma revolução no sistema de tecnologia da informação com a implantação da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), o que causa um impacto na contabilidade, seja com Governo, Contadores ou Contribuintes. As empresas tem que se adaptar as mudanças em relação à emissão de nota fiscal eletrônica, trazendo integração entre as Administrações Tributárias federal, estadual e municipal, onde Segundo Azevedo e Mariano (2009), o projeto SPED pretende alterar as forma de cumprimento das obrigações acessórias realizadas pelos contribuintes, substituindo a emissão de livros e documentos contábeis e fiscais em papel por documentos eletrônicos, cuja autoria, integridade e validade jurídica é reconhecida pelo uso da certificação Digital.

Seguindo esse contexto o SPED é um instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração comercial e fiscal dos empresários e das sociedades empresárias, mediante fluxo único, computadorizado, de informações, e este novo processo de escrituração fiscal digital muda também o trabalho do Contador, que precisa está atualizado em relação à legislação tributária, aumentando suas responsabilidades.

2.2.1 Benefícios para o Contribuinte Vendedor (Emissor da NF-e)

Segundo a Receita Federal (2010), dentre alguns benefícios com o processo de implantação da NF-e estão os seguintes:

- Redução de custos de impressão;
- Redução de custos de aquisição de papel;
- Redução de custos de envio do documento fiscal;
- Redução de custos de armazenagem de documentos fiscais;
- Simplificação de obrigações acessórias, como dispensa de AIDF;
- Redução de tempo de parada de caminhões em Postos Fiscais de Fronteira;
- Incentivo a uso de relacionamentos eletrônicos com clientes (B2B).

Seguindo a afirmativa da Receita Federal do Brasil a NF-e (Nota Fiscal Eletrônica) torna obrigatória que a mercadoria esteja acompanhada da Danfe (Documento auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica) impressa em uma via, diminuindo o consumo de papel, atualmente as empresas emitem a nota em cinco vias sendo duas para operações internas vias aos destinatários e três vias interestaduais para a circulação da mercadoria, sendo a mesma também enviada eletronicamente para o cliente com mais agilidade e comodidade, gastando menos com impressora de cartuchos e toner.

O segundo tópico afirma que ainda segundo a Receita Federal do Brasil que as empresas terão de guardar apenas documentos virtuais ao invés de papel, não havendo necessidade de alugar ou reservar um espaço para esta finalidade, dispensado ainda a contratação de um arquivista, cabendo desta forma a empresa possuir meios de segurança indispensáveis para garantir o armazenamento e a integridade das informações durante o período prescrito pela lei.

O terceiro tópico seguindo o contexto da RFB, com a Nota Fiscal Eletrônica está dispensada a AIDF (Auto de Impressão de Documento Fiscal), porque a autorização ocorrerá nota a nota. Para acompanhar as mudanças e prestar um serviço mais ágil os Postos Fiscais de fronteira estão instalando aparelhos com leitores ópticos facilitando assim a captura da chave de acesso e a consulta da validade da nota fiscal eletrônica.

Ainda segundo a Receita Federal do Brasil, percebe-se que o B2B (Business to Business), são ambientes de relacionamentos e troca de informações entre parceiros de negócios (fornecedores e clientes) de forma eletrônica, não sendo existente um ambiente padronizado no Brasil com a implantação da NF-e espera-se uma padronização natural pelas empresas.

2.2.2 Benefícios para o Contribuinte Comprador (Receptor da NF-e)

Segundo a Receita Federal (2010), dentre alguns benefícios para o Contribuinte Comprador (Receptor da NF-e) estão os seguintes:

- Eliminação de digitação de notas fiscais na recepção de mercadorias;
- Planejamento de logística de entrega pela recepção antecipada da informação da NF-e;
- Redução de erros de escrituração devido a erros de digitação de notas fiscais;

- Incentivo ao uso de relacionamentos eletrônicos com fornecedores (B2B);

Seguindo o contexto da Receita Federal do Brasil o primeiro tópico nos mostra que as empresas não precisam está digitando as notas fiscais manualmente como era feito, os dados podem ser extraídos através do arquivo digital, para uma melhor comodidade e redução da margem de erro das digitações. As notas chegam ao cliente de forma antecipada em tempo real, onde o mesmos processa as informações antes da chegada da mercadoria podendo assim planejar a margem de lucro, reduzindo ainda o tempo de armazenagem e os custos operacionais.

Segundo a afirmativa da RFB o segundo tópico diz que através da extração dos dados da NF-e é possível com o arquivo digital obter todas as informações necessárias eliminando assim a margem de erros de digitação e conseqüentemente reduzindo o tempo de escrituração.

Com base no que foi expresso pela RFB o comprador da mesma forma que o vendedor fará uso do B2B (Business to Business), ambiente de relacionamento e troca de informações entre para um melhor relacionamento entre os mesmos de forma ágil e segura.

2.2.3 Benefícios para a Sociedade

Segundo a Receita Federal (2010), dentre alguns benefícios Benefícios para a Sociedade estão os seguintes:

- Redução do consumo de papel, com impacto positivo no meio ambiente;
- Incentivo ao comércio eletrônico e ao uso de novas tecnologias;
- Padronização dos relacionamentos eletrônicos entre empresas;
- Surgimento de oportunidades de negócios e empregos na prestação de serviços ligados à Nota Fiscal Eletrônica.

Segundo a afirmativa da RFB, atualmente as notas fiscais são emitidas em cinco vias e com a implantação da NF-e a Danfe (Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica) reduz a utilização de vias do documento fiscal, havendo essa redução de papel conseqüentemente haverá uma redução no número de derrubada de árvores tornando assim um ponto positivo para o meio ambiente.

Seguindo o contexto da RFB com todo esse avanço econômico aumenta os investimentos em tecnologias para a implementação tanto por parte do comprador como do vendedor, para forma poder acompanhar as novas exigências fiscais, desta forma aumenta ainda o número de empresas de informática especializadas na área para dar um maior suporte a seus clientes.

Em suma segundo a RFB, outra vantagem de grande relevância está na padronização dos relacionamentos eletrônicos das empresas de forma a vir facilitar a comunicação usando uma mesma tecnologia, e não, como hoje, onde as empresas utilizam várias tecnologias com custos elevados aos fornecedores

De acordo com a afirmativa da RFB, com a implantação da NF-e, nota-se ainda que abriu-se um leque de novas oportunidades de negócios ligados a tecnologia da informação, com tudo se modernizando parecem empresas que se especializam na área para dar um maior suporte a quem utiliza, e que não utilizar ficará para trás em meio a seus concorrentes, todavia acaba-se outras oportunidade como é o caso das gráficas que são afetadas diretamente, diminuindo o número de encomenda de notas fiscais.

2.2.4 Benefícios para as Administrações Tributárias:

Segundo a Receita Federal (2010), dentre alguns benefícios Benefícios para as Administrações Tributárias estão os seguintes:

- Aumento na confiabilidade da Nota Fiscal;
- Melhoria no processo de controle fiscal, possibilitando um melhor intercâmbio e compartilhamento de informações entre os fiscos;
- Redução de custos no processo de controle das notas fiscais capturadas pela fiscalização de mercadorias em trânsito;
- Diminuição da sonegação e aumento da arrecadação;
- Suporte aos projetos de escrituração eletrônica contábil e fiscal da Secretaria da RFB (Sistema Público de Escrituração Digital – SPED).

Neste contexto segundo a RFB depois de processada a nota fiscal eletrônica não poderá mais ser modificada, podendo apenas ser cancelada, o que faz com que aumente sua credibilidade,

pois seus dados só serem analisados através da chave de acesso como forma de garantia de sua validade e de seus dados.

Seguindo a afirmativa da RFB nota-se que compartilhamento de informações entre União, Estados, Municípios e Distrito Federal possibilitou a criação de um banco de dados único onde o fisco pode agir com mais rapidez verificando, através do confronto de informações os dados enviados pelas empresas.

Através da RFB percebe-se que a chave de acesso, e do código de barra da Danfe é possível o fiscal verificar a validade da nota, e se a mesma passou pelo Posto Fiscal de Fronteira, repassando todas as informações necessárias para o controle fiscal de forma a agilizar a fiscalização.

De acordo com a RFB o confronto das informações ocorre um aumento no controle das operações de entrada e saída de mercadorias das empresas, de forma agil o fisco confronta as informações para verificar se as mesmas estão compatíveis, qualquer irregularidade é constatada de forma mais rápida e segura, diminuindo a sonegação e aumentando a arrecadação de impostos.

Diante do que foi exposto pela RFB a NF-e juntamente com a Escrituração Fiscal Digital e Escrituração Contábil Digital torna possível depois de uma análise de informações verificar as coerências e eventuais inconsistências do projeto SPED (Sistema Público de Escrituração Fiscal Digital), dando suporte para melhorar o projeto ou até mesmo novas idéias para complementá-lo.

2.2.5 Funcionamento de emissão e transmissão da NF-e

Segundo a Receita Federal do Brasil (2010), a empresa emissora de NF-e gerará um arquivo eletrônico contendo as informações fiscais da operação comercial, o qual deverá ser assinado digitalmente, de maneira a garantir a integridade dos dados e a autoria do emissor. Este arquivo eletrônico, que corresponderá à Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), será então transmitido pela Internet para a Secretaria da Fazenda da jurisdição do contribuinte que fará uma pré-validação do arquivo e devolverá um protocolo de recebimento (Autorização de Uso), sem o qual não poderá haver o trânsito da mercadoria.

Em suma de acordo com a RFB a emissão inicia-se com a transação entre comprador e o vendedor onde o vendedor envia as informações da NF-e para a Secretaria da Fazenda que faz a validação se a mesma for positiva devolve-se desta forma uma autorização de uso da NF-

e, ou seja, o protocolo de recebimento, onde a NF-e será retransmitida para a Secretaria da Fazenda de destino e para a Receita Federal, que poderá a partir daí ser impressa o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica como também a sua consulta através da internet pelas partes ou para os demais interessados que detenham da chave de acesso, vale salientar que cada operação deverá solicitar a autorização de uso da NF-e à Secretaria da Fazenda, e toda recepção ocorrerá antes do fato gerador ocorrer.

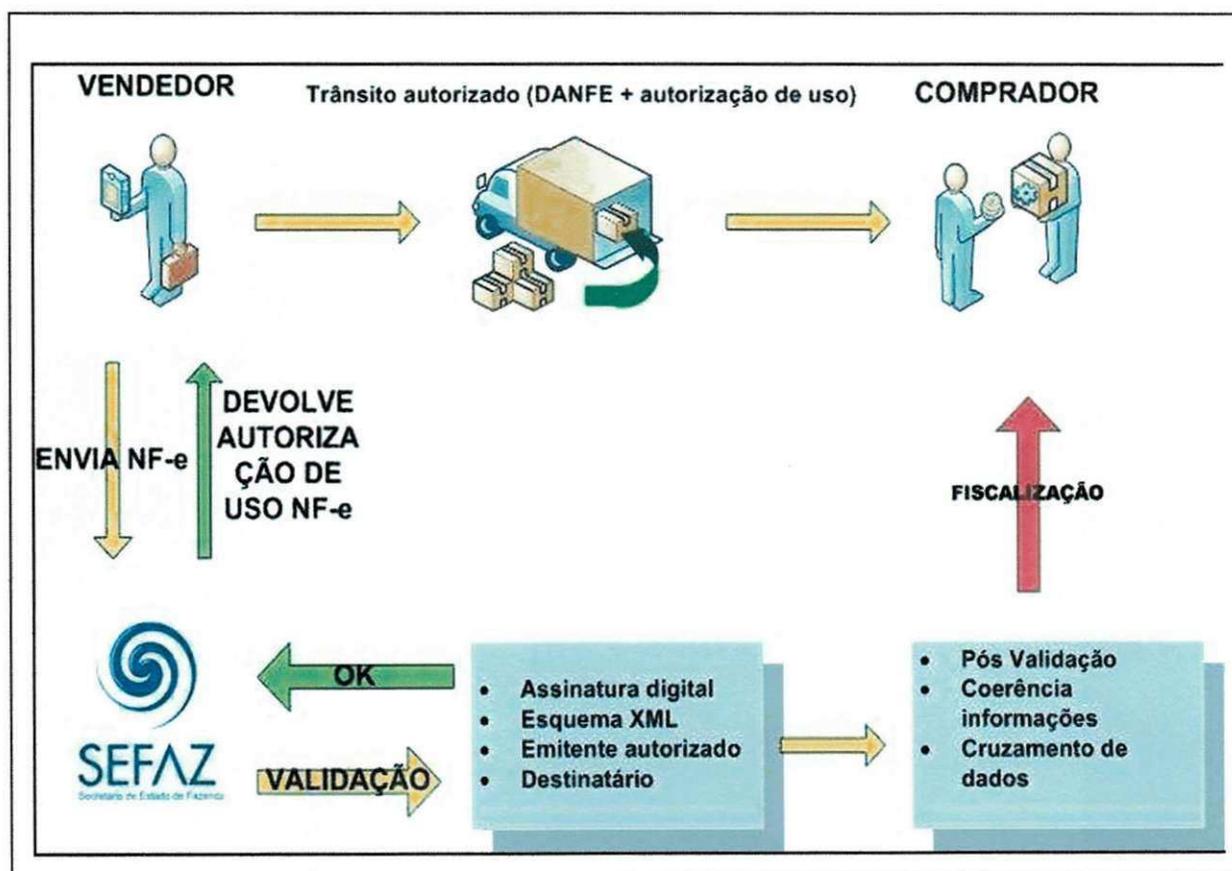


Ilustração 1- Emissão e Transmissão de NF-e

Fonte: Santos, Silva e Oliveira – 2009. Adaptada pela autora 2010

2.2.6 Consulta da Nota Fiscal Eletrônica

Segundo a Sefaz (2010) a existência de uma NF-e e sua validade poderão ser verificadas através de uma consulta no site da Secretaria de Fazenda da Unidade da Federação de origem

do emitente da NF-e, para tanto, será necessário acessar a página da SEFAZ de origem e informar a chave de acesso da NF-e.

De acordo com ao que foi exposto anteriormente depois de ter sido feita a transação comercial e sua transmissão junto ao órgão competente, a consulta da NF-e poderá ser feita pela internet através do código de acesso que é uma sequencia de 10 dígitos que estará exposta no código de barras da Danfe que é o documento auxiliar da nota fiscal eletrônica.

A consulta será completa constando todos os dados como status da NF-e e o momento de sua recepção, será emitido ainda um protocolo de consulta, que servirá como uma certidão de consulta realizada. Deve-se ressaltar ainda que as Secretarias de Fazenda disponibilizam dois ambientes de consulta: consulta em ambiente de homologação, para consulta de NF-e emitidas em teste e consulta em ambiente de produção para consulta das NF-e com validade jurídica.

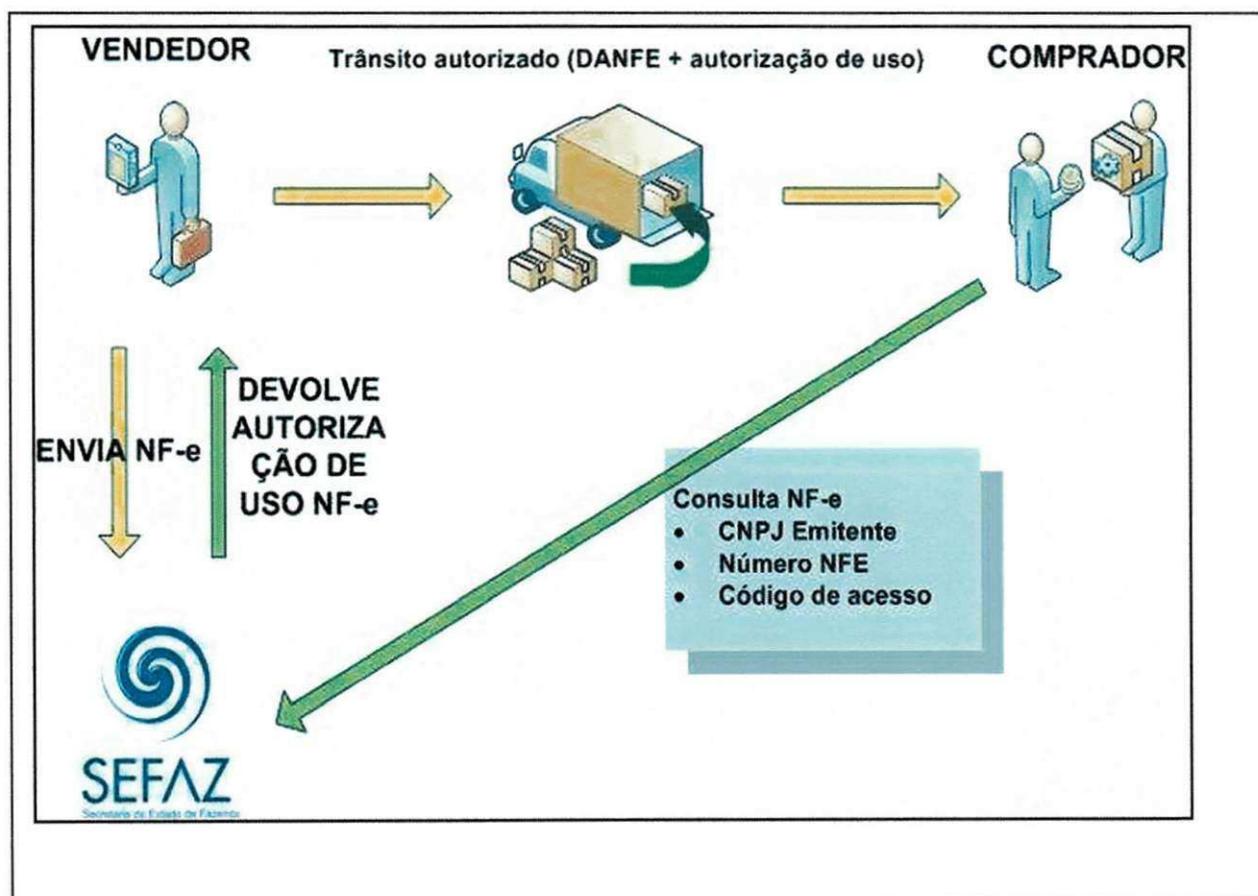


Ilustração 2 – Consulta pela internet da NF-e

Fonte: Santos, Silva e Oliveira – 2009. Adaptada pela autora 2010

2.2.8 Envio da NF-e em operações interestaduais e internacionais

Segundo a Sefaz (2010) Tratando-se de operações interestaduais, os Postos Fiscais de Fronteira receberão a informação prévia da NF-e, eliminando-se, assim, a necessidade atual de digitação de notas fiscais, facilitando o controle do Fisco e reduzindo o tempo gasto pelo contribuinte nestas repartições. A NF-e será transmitida para a Sefaz da Unidade Federada de embarque das mercadorias, tratando-se de exportação de mercadorias através de portos ou aeroportos não situados na UF da circunscrição do emitente da Nota Fiscal.

Em resumo de acordo com que foi dito anteriormente as operações interestaduais a NF-e será enviada de forma antecipada para a Secretaria da Fazenda do Estado de destino da mercadoria de forma mais ágil e segura.

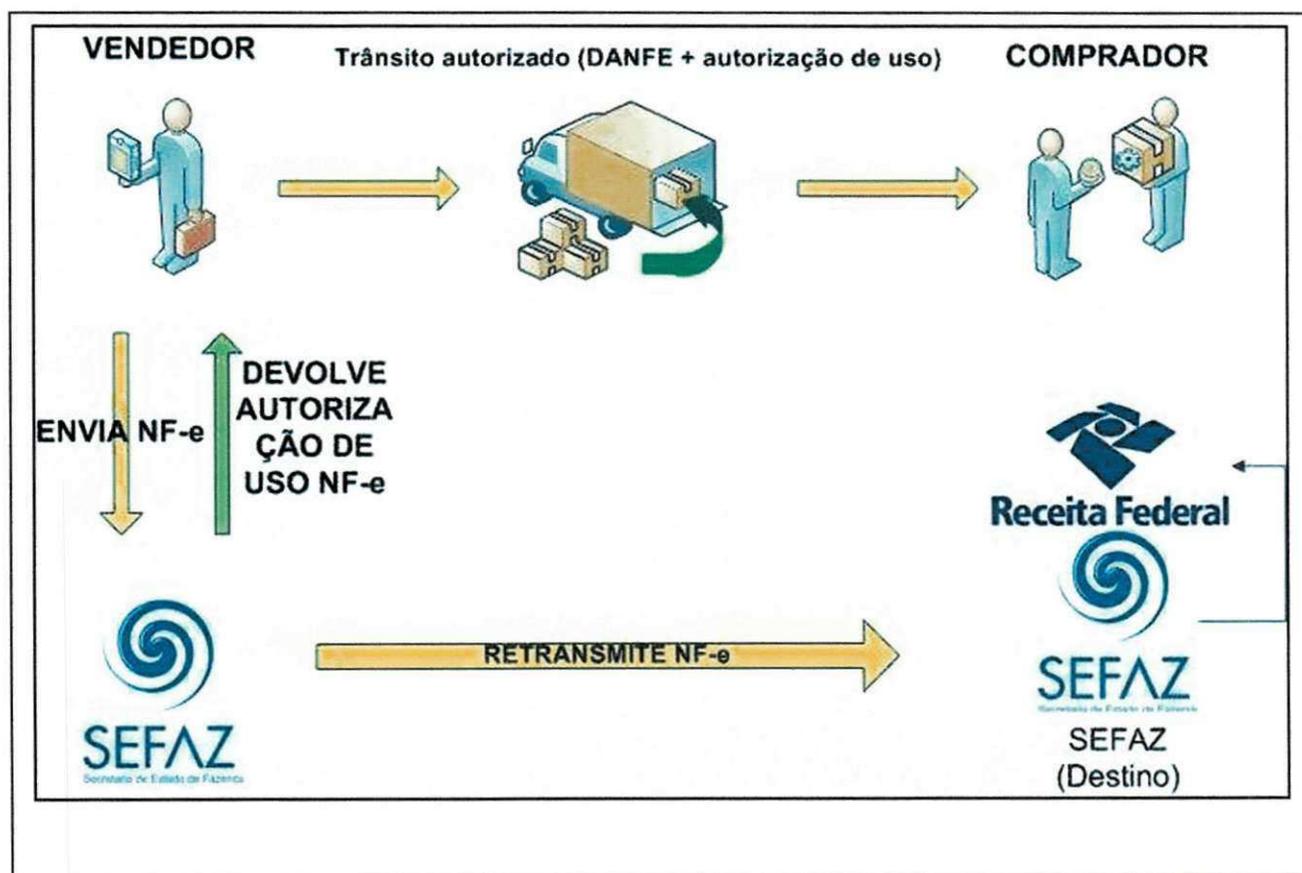


Ilustração 3 - Envio NF-e operações interestaduais e internacionais

Fonte: Santos, Silva e Oliveira – 2009. Adaptada pela autora 2010

2.2.9 Confirmação do recebimento pelo destinatário

De acordo com a Sefaz (2010) O projeto da NF-e prevê que a confirmação de recebimento do destinatário poderá ser realizada de duas formas: de forma manual no site da Sefaz, com o contribuinte destinatário identificando-se pelo controle de acesso ou, de forma eletrônica, através de tecnologia "web service".

Diante deste contexto percebe-se que o contribuinte destinatário ficará obrigado pela legislação a fazer a confirmação do recebimento da mercadoria através do site da SEFAZ de forma manual ou usando a tecnologia da "web service", sendo uma garantia ao emitente da entrega de sua mercadoria ao seu cliente através do recebimento do comprovante eletrônico.

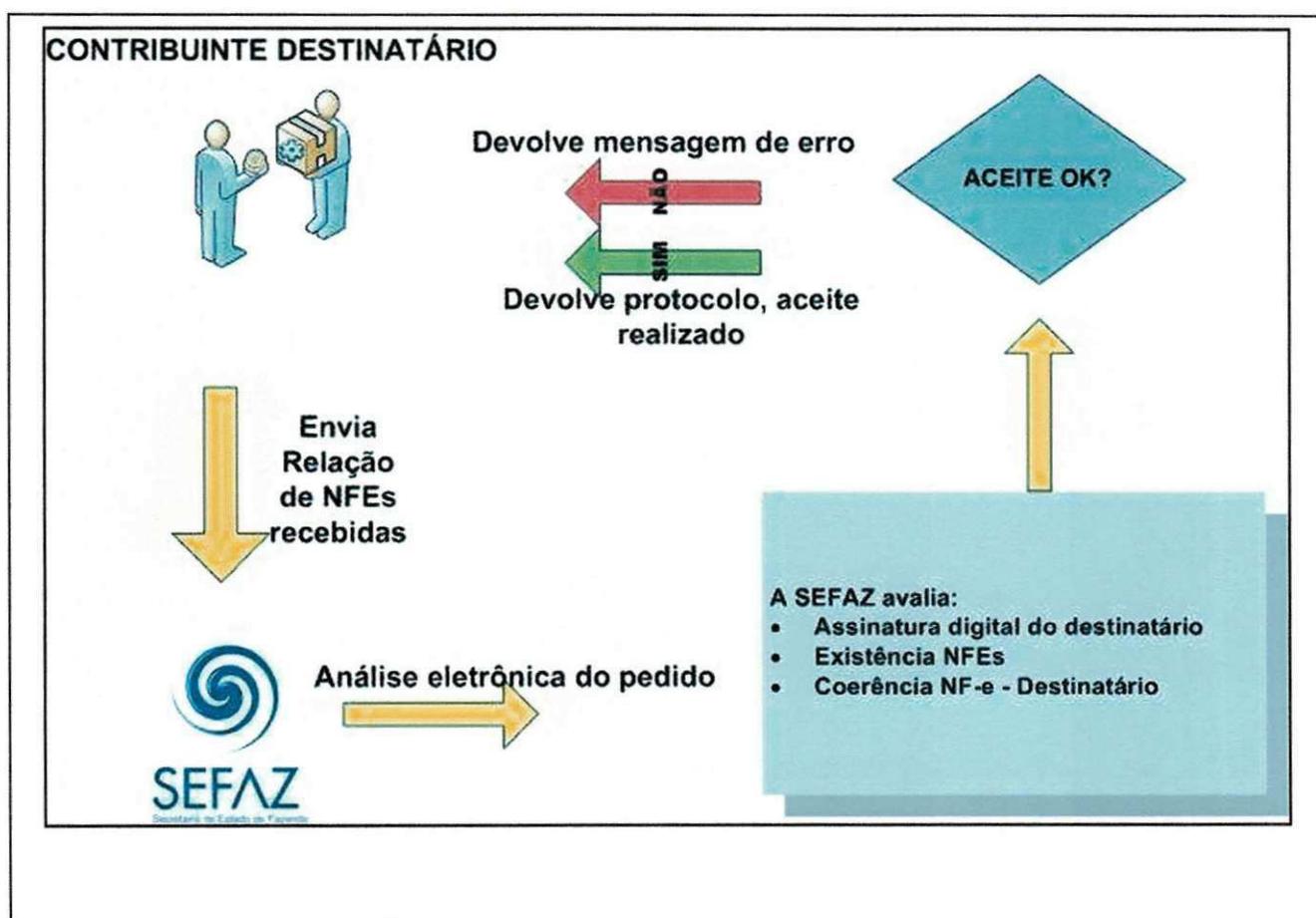


Ilustração 4 - Confirmação Recebimento via "web service"

Fonte: Santos, Silva e Oliveira – 2009. Adaptada pela autora 2010

2.2.10 Cancelamento da Nota Fiscal Eletrônica

De acordo com a Sefaz (2010) somente poderá cancelar uma NF-e, cujo seu uso tenha sido previamente autorizado pelo Fisco que é um protocolo de autorização de uso e desde que não tenha ainda ocorrido o fato gerador, ou seja, caso ainda não tenha ocorrido a saída da mercadoria do estabelecimento, atualmente o prazo para cancelamento é de sete dias ou então 168 horas contados a partir da autorização da nota fiscal eletrônica.

Segundo o contexto a NF-e depois de processada não poderá sofrer nenhuma alteração pois qualquer modificação comprometerá seu conteúdo e invalida a assinatura digital, podendo apenas dentro de algumas condições ser cancelada por meio de um pedido a SEFAZ através do arquivo XML informando a respectiva chave de acesso, após a autorização do cancelamento pode ser feita as alterações necessárias por meio da Carta de Correção Eletrônica transmitida para mesma Secretaria da Fazenda que autorizou a Nota Fiscal Eletrônica.

2.2.11 Transmissão da NF-e em Regime de Contingência

Receita Federal do Brasil (2010), o Regime de contingência são mecanismos disponibilizados pelos SEFAZ estaduais e nacionais para emissão da Nota Fiscal Eletrônica quando o sistema da Secretaria Da Fazenda Nacional estiver instável ou fora de operação.

Dentre os mecanismos citaremos um o FS (Formulário de Contingência de Segurança)

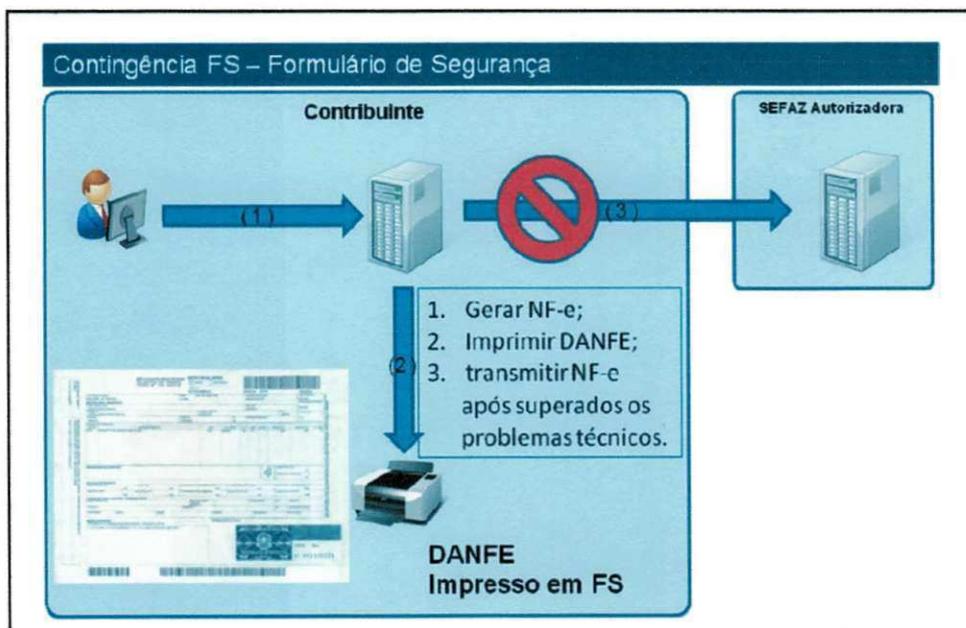


Ilustração 1 – Transmissão em formulário de segurança

Fonte: Receita Federal do Brasil 2010. Adaptada pela autora 2010¹

De acordo com a Receita Federal do Brasil o Regime de Contingência só poderá ser usado pelo contribuinte quando houver algum problema no Sistema da Secretaria Estadual da Fazenda, devendo o emissor da NF-e transmitir o Danfe em duas vias em Formulário de Segurança, sendo uma das via será utilizada no transito da mercadoria e o emitente devera guardar a segunda via do documento fiscal durante prazo estabelecido pela legislação tributária. Após ser sanado o problema o contribuinte deverá efetuar a transmissão da Nota Fiscal Eletrônica Imediatamente informando o número do formulário de segurança.

2.3 Certificação Digital

De acordo com Mariano e Azevedo (2009), a Certificação Digital pode ser definida como sendo a tecnologia que provê os mecanismos de segurança capazes de garantir autenticidade, confidencialidade e integridade às informações eletrônicas das mensagens e documentos trocados na internet. Segundo os autores a Certificação Digital possibilita manter todos os dados confidenciais, protegidos contra pessoas não autorizadas, contendo o nome do fornecedor e cliente que fizeram a transação, e um número público exclusivo, denominado chave de acesso, com código de barra impressos no Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica, onde a mesma deve acompanhar a mercadoria em todo seu trajeto.

O avanço da Tecnologia da Informação possibilitou que fosse desenvolvida a Certificação Digital graças aos avanços da criptografia nos últimos 30 anos, existindo atualmente dois tipos de criptografia: a simétrica e a de chave pública. De acordo com Mariano e Azevedo (2009), A criptografia simétrica realiza a cifragem e a decifragem de uma informação através de algoritmos que utilizam a mesma chave, garantindo sigilo na transmissão e armazenamento de dados. Como a mesma informação deve ser utilizada na cifragem e na decifragem, a informação deve ser compartilhada entre quem cifra e quem decifra os dados. Essas chaves são geradas simultaneamente e são relacionadas entre si, o que possibilita que a operação executada por uma seja revertida pela outra. A chave privada deve ser mantida em sigilo e protegida por quem as gerou. A chave pública é disponibilizada e tornada acessível a qualquer indivíduo que deseje se comunicar com o proprietário da chave privada correspondente.

¹ Criptografia tem origem grega e significa a arte de escrever em códigos de forma a esconder a informação na forma de um texto incompreensível. A informação codificada é chamada de texto cifrado.

Seguindo o exposto a Certificação Digital proporciona aos cidadãos benefícios como agilidade nas transações, redução da burocracia, redução dos custos e conseqüentemente satisfação dos usuários, entre outros, dentre alguns dos usuários da Certificação digital estão:

Segundo a Receita Federal do Brasil (2010):

- GOVERNO FEDERAL: o Presidente da República e Ministros têm utilizado certificados digitais na tramitação eletrônica de documentos oficiais, que serão publicados no Diário Oficial da União. Um sistema faz o controle do fluxo dos documentos de forma automática, desde a origem dos mesmos até sua publicação e arquivamento.
- ESTADO DE PERNAMBUCO: primeiro estado brasileiro a utilizar a Certificação Digital. A Secretaria de Fazenda de Pernambuco disponibilizou um conjunto de serviços pela Internet com base na certificação digital que proporcionou diversos benefícios como: entrega de diversos documentos em uma única remessa; redução drástica no volume de erros de cálculo involuntários; apuração automática dos impostos; minimização de substituições de documentos e redução de custos de escrituração e armazenamento de livros fiscais obrigatórios.
- IMPRESA OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO: implantou certificação digital de ponta a ponta em seu sistema que automatiza o ciclo de publicações na Internet, permitindo a eliminação das ligações interurbanas e dos constantes congestionamentos telefônicos em horários de pico, uma vez que se utiliza a Internet com garantias de sigilo e privacidade, além da obtenção de garantia de autoria por parte do autor das matérias.

De acordo com Mariano e Azevedo (2009), para a emissão dos certificados, as Acs (Autoridades Certificadoras), possuem deveres e obrigações que são descritos em um documento chamado de Declaração de Práticas de Certificação (DPC). A DPC deve ser pública, para permitir que as pessoas possam saber como foi emitido o certificado digital. Entre as atividades de uma AC, a mais importante é verificar a identidade da pessoa ou da entidade antes da emissão do certificado digital.

Diante do que foi exposto pelos autores, as Autoridades Certificadoras são empresas de grande responsabilidade, pois para a emissão dos certificados é necessário que as mesmas contenham informações confiáveis que permitam a verificação da identidade do titular, quanto melhor definidos e abrangentes forem os procedimentos adotados por uma AC, maior será sua confiabilidade. No Brasil, o Comitê Gestor da ICP-Brasil é o órgão governamental que especifica os procedimentos que devem ser adotados pelas Autoridades Certificadoras..

Ainda segundo Mariano e Azevedo (2009), O cumprimento dos procedimentos é auditado e fiscalizado, envolvendo, por exemplo, exame de documentos, de instalações técnicas e dos sistemas envolvidos no serviço de certificação, bem como seu próprio pessoal. A não concordância com as regras acarreta em aplicações de penalidades, que podem ser inclusive o descredenciamento. As Acs credenciadas são incorporadas à estrutura hierárquica da ICP-Brasil e representam a garantia de atendimento todos critérios estabelecidos em prol da segurança de suas chaves privadas. Desta forma observa-se que a certificação digital possibilita diversas facilidades tanto para os contribuintes como também para o fisco, porém seu uso não torna as transações realizadas isenta de responsabilidades as Acs por exemplo são constantemente fiscalizadas e quem não cumprir os procedimentos instituídos pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil será severamente punido, ou até mesmo ter seu registro cancelado. Outra responsabilidade é para com o contribuinte que mesmo tendo o uso da chave privada autêntica para uma transação ou um documento, ela confere o atributo de não-repúdio à operação, ou seja, o usuário não pode negar posteriormente a realização daquela transação. Por isto, é importante que o usuário tenha condições de proteger de forma adequada a sua chave privada e ter acima de tudo consciência e responsabilidades das informações transmitidas.

Segundo a Receita Federal (2010), existem dispositivos que incrementam a proteção das chaves, como os cartões inteligentes (smart cards). Eles se assemelham (em formato e tamanho) a um cartão de crédito convencional. Os smart cards são um tipo de hardware criptográfico dotado de um microprocessador com memória capaz de armazenar e processar diversos tipos de informações. Podemos constatar diante do que foi exposto que esses cartões inteligentes é possível gerar as chaves e mantê-las dentro de um ambiente seguro, uma vez que as operações criptográficas podem ser realizadas dentro do próprio dispositivo. Alguns usuários preferem manter suas chaves privadas no próprio computador. Neste caso, são necessárias algumas medidas preventivas para minimizar a possibilidade de se comprometer a chave privada.

Modelo de um certificado Digital:



Fonte: Receita Federal do Brasil, Adaptado pela autora 2010.

2.4. DANFE.

Segundo a Receita Federal (2010), o DANFE (Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica), não substitui a nota fiscal modelo 1 ou 1-A, pois é apenas um documento auxiliar para a consulta da NF-e, a mesma deve acompanhar a mercadoria em todo seu trajeto, permitindo ao portador consultar a existência veracidade e autenticidade das informações através do chave de acesso ou código de barras pelo site da Secretaria da Fazenda do Estado do emitente, Secretaria da Fazenda do Estado do destinatário ou no portal nacional da Receita Federal. Observa-se que o DANFE

Diante do que foi afirmado pela RFB, entende-se que a DANFE é uma representação simplificada da Nota Fiscal Eletrônica, que pode ser emitida em papel comum, até mesmo papel reciclado em apenas uma via que conterà em local de destaque e de fácil identificação a chave de acesso para que possa ser feita consultas pela internet e confirmará as informações da NF-e pelas unidades fiscais. Devido um documento auxiliar o Danfe não é necessário arquivar todavia deve ser impresso com letra legível para que possa ser identificado o conteúdo da mesma.

Segundo a Receita Federal (2010), tem as seguintes funções:

- Conter a chave numérica com 44 posições para consulta das informações da Nota Fiscal Eletrônica (Chave de Acesso);

- Acompanhar a mercadoria em trânsito, fornecendo informações básicas sobre a operação em curso (emitente, destinatário, valores, etc.);
- Auxiliar na escrituração das operações documentadas por NF-e, no caso do destinatário não ser contribuinte credenciado a emitir NF-e;
- Colher a firma do destinatário/tomador para comprovação de entrega das mercadorias ou prestação de serviços.

De acordo com a afirmativa da RFB, o Danfe por ser um documento auxiliar necessita acompanhar a mercadoria em todo seu trajeto para que possa ser analisado pelos órgãos fiscalizadores, tendo que estar impresso de forma legível com respectivo código de acesso para poder ainda auxiliar na escrituração do contribuinte não obrigado a emissão da NF-e, é preciso ainda que o contribuinte tomador faça a comprovação do recebimento da mercadoria.

Segundo a Receita Federal (2010) segue algumas características do DANFE:

- O DANFE deve ser impresso pelo vendedor da mercadoria antes da circulação dela;
- O DANFE somente poderá ser utilizado para transitar com as mercadorias após a concessão da autorização de uso da respectiva NF-e;
- Quando a legislação tributária exigir a utilização específica de vias adicionais das notas fiscais modelo 1 ou 1-A, o contribuinte credenciado a emitir NF-e deverá imprimir o DANFE em tantas cópias quantas forem necessárias para atender à exigência, sendo todas elas consideradas originais;
- O DANFE deverá ser impresso em papel, exceto papel jornal, no tamanho mínimo A4 (210 x 297 mm) e máximo ofício 2 (230 x 330 mm), podendo ser utilizadas folhas soltas, formulário contínuo ou formulário pré-impresso e, em caso de contingência, Formulário de Segurança (FS) ou Formulário de Segurança para Impressão de Documento Auxiliar de Documento Fiscal Eletrônico (FS-DA). Na hipótese de venda ocorrida fora

do estabelecimento, o DANFE poderá ser impresso em qualquer tipo de papel, exceto papel jornal, em tamanho inferior ao A4 (210 x 297 mm), caso em que será denominado “DANFE Simplificado”, devendo ser observado leiaute definido em Ato COTEPE.

Segundo o que afirmativa da RFB o Danfe obrigatoriamente acompanhará a mercadoria, deverá ser impresso em papel em papel comum no tamanho A4, podendo ainda dentre outras características expostas pela Receita Federal conter elemento gráficos desde que não prejudique seu conteúdo e o respectivo código de acesso, as informações e títulos devem ser grafados de modo que suas diretrizes e indicações estejam legíveis, o Danfe deve ser carimbada no verso no transito de sua mercadoria, podendo ainda no verso ser impressa informações complementares de interesse do emitente, se necessário pode ser impressa em mais de uma folha desde que mantidos o campos obrigatórios dentre outras características

2.5. SEFAZ

De acordo com o Ministério da Fazenda (2010), a Sefaz Virtual é um ambiente computacional disponível para diferentes unidades da federação, demanda efetuar remotamente, a autorização das NF-e de seus respectivos contribuintes independentemente de sua localização geográfica, estando disponível 24 horas por dias, sete dias por semana. A atual infra-estrutura está preparada para autorizar simultaneamente 300 NF-e por segundo.

Através da afirmativa do Ministério da Fazenda observa-se que a SEFAZ são canais de comunicação, ou seja uma unidade centralizadora com capacidade de autorizar NF-e de contribuintes de Estados diferentes, onde a mesma foi criada para auxiliar os Estados na autorização das NF-e . Essa possibilidade é implementada pelas Secretarias da Fazenda Estaduais que podem optar em desenvolver sistemas próprios de autorização da emissão das NF-e ou não, utilizando assim o Sefaz Virtual. Neste caso, os Serviços da autorização de emissão de NF-e pelos contribuintes do Estado serão realizados por Sefaz Virtual .

Azevedo e Mariano (2009), afirmam que os serviços que a Sefaz Virtual realiza são os previstos no Manual de Integração do Contribuinte descrito no Modelo Conceitual da Arquitetura de Comunicação, a saber:

- Recepção da NF-e;

- Recepção de Lotes;
- Consulta processamento de Lote;
- Cancelamento de NF-e;
- Inutilização de numeração de NF-e;
- Consulta da situação atual da NF-e;
- Consulta do status do serviço;
- Consulta cadastro.

Diante do que foi exposto o Manual de Integração do Contribuinte estabelece as especificações técnicas da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), e Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE), bem como dos Pedidos de Concessão de Uso, Cancelamento, Inutilização e Consulta.

Azevedo e Mariano (2009), afirmam ainda que atualmente existem dezoito unidades da Federação que utilizam esse ambiente, porém estão prevista as operações de duas, a Sefaz Virtual – RS e da RFB. Para a utilização da mesma é necessário um protocolo de cooperação assinado entre a Sefaz que pretende utilizar o sistema e a Sefaz Virtual. Nota-se que a responsabilidade pelo credenciamento e autorização para o contribuinte utilizar os serviços da sefaz Virtual é da Sefaz de suas circunscrição, de seu Estado.

De acordo com a Sefaz 2010 os estados que tem cobertura pela Sefaz RS e Sefaz da Receita federal do Brasil são os seguintes:

- Estados emissores pela Sefaz RS: Autorizam notas fiscais dos Estados do Acre, Alagoas, Amazonas, Amapá, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Rio de Janeiro, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins
- Estados emissores pela Sefaz RFB: Ceará , Espírito Santo, Maranhão, Pará, Piauí, Paraná e Rio Grande do Norte.

Diante desta afirmativa da Sefaz observa-se ainda que os Estados que utilizam a tecnologia própria para utilizar a NF-e são: Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rondônia, São Paulo e o

Distrito Federal, sendo que desses, os Estados do Amazonas, Ceará, Mato Grosso do Sul e Paraná, o que nada impede que as mesmas façam uso da Sefaz Virtual..

2.6. Contabilidade Tributária

Para Oliveira *et al* (2003), a carga tributária é elevada e o Sistema Tributário tem aproximadamente 60 tributos, com diversas Leis, Regulamentos e Normas que são alterados constantemente. Nesse contexto nota-se, que é preciso que o contador, ou qualquer outro profissional da área, conheça com profundidade a legislação tributária, devido à sua responsabilidade no gerenciamento e definição dos procedimentos a serem adotados pela equipe de contabilidade para atingir os objetivos e as metas traçadas.

Observa-se ainda que devido as constantes alterações na legislação e o impacto econômico, os contribuintes precisam de formas lícitas para diminuir os pagamentos de tributos. Um bom planejamento tributário é a única forma lícita para contrapor os princípios fiscais. Como foi afirmado anteriormente pelo autor nos dias atuais, a carga tributária nacional é alta tanto sobre a pessoa jurídica como sobre a física, sendo assim a Contabilidade Tributária conta com uma ferramenta nova, a NF-e, que promete revolucionar as obrigações tributárias das empresas, deixando para trás os talões de notas fiscais em papel e dando espaço ao registro da operação por meio do processamento eletrônico e online dos dados. As empresas terão acesso aos portais das autoridades tributárias municipais, estaduais e federais, e suas operações comerciais serão homologadas em tempo real.

A Receita Federal (2010), afirma que o SPED determina a transmissão única das diversas obrigações acessórias dos diferentes órgãos fiscalizadores, e agiliza a identificação de ilícitos tributários com a melhoria do controle dos processos, da rapidez no acesso às informações e da fiscalização das operações por meio do cruzamento de dados e da Auditoria eletrônica. Percebe-se que há um grande interesse da TI em confrontar essas informações para poder identificar os contribuintes que estão agindo de forma ilícita para com o Estado e por tanto poder arrecadar mais tributos.

Segundo a Receita Federal (2010), o projeto SPED foi elaborado seguindo algumas premissas, como o aumento da competitividade entre as empresas que estarão submetidas às mesmas regras de tributação. Isso contribuirá para a eliminação da concorrência desleal melhorando o ambiente de negócios para as empresas no Brasil. O novo sistema foi instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, e faz parte do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), do Governo Federal. Nota-se que o Governo Federal através do PAC está

buscando integrar e modernizar a Administração Tributária, fazendo com que os representantes da União, Estados ou Municípios unam-se em um objetivo comum a todos implantando métodos inovadores para facilitar as fiscalizações e conseqüentemente diminuir a evasão de tributos.

Observa-se ainda que essa Reforma Tributária está sendo implantada para tentar diminuir o custo público e privado em relação ao cumprimento das obrigações tributárias. Esse projeto são benéficos no controle e arrecadação e tem poder de fiscalização e controle pela Receita Federal, ou seja, depois da implantação do SPED não haverá restringimento do direito de defesa do contribuinte porque tanto a defesa como a autuação só podem se basear no efetivamente contabilizado e nos correspondentes documentos de suporte do registro contábil.

2.7. Tecnologia da Informação

Para Beal (2004), o principal benefício que a tecnologia da informação traz para as organizações é sua capacidade de melhorar a qualidade e a disponibilidade de informações e conhecimentos importantes para a empresa, seus clientes e fornecedores. O ambiente empresarial está mudando continuamente, tornando-se mais complexo, menos previsível e, cada vez mais, dependente de informação e de toda a infra-estrutura tecnológica que permite o gerenciamento de uma enorme quantidade de dados. Diante deste contexto percebe-se que a tecnologia está gerando grandes transformações, que estão ocorrendo a nossa volta de forma ágil e sutil. A convergência desta infra-estrutura tecnológica com as telecomunicações, que aniquilou as distâncias, está determinando um novo perfil de produtos, serviços e principalmente profissionais

Segundo a Receita Federal (2010), o SPED está exigindo profundas mudanças nos processos das empresas e, principalmente, na infra-estrutura de Tecnologia da Informação. Percebe-se que a TI é algo necessário para que as obrigações fiscais e tributárias sejam atendidas de acordo com as normas, uma vez que ele está se tornando cada vez mais um processo digitalizado, com isso, os profissionais que atuam no setor precisam estar atentos às suas metodologias de trabalho sentando sempre atualizados com as mudanças ocorridas.

Observa-se ainda que a área de Tecnologia da Informação da empresa precisa tomar uma série de providências para atender às exigências desse novo sistema, como por exemplo, o desenvolvimento ou a contratação de soluções de gestão, a preparação da infra-estrutura e o treinamento dos usuários. Todas essas providências exigem que os trabalhos sejam iniciados com bastante antecedência e que a gerência trabalhe junto às outras áreas da empresa para

que tudo esteja funcionando nas datas em que devam passar a utilizar cada ponto do SPED, e tudo isso requer um gasto a mais para poder estar em dia com suas obrigações para com o Estado. Assim, trabalhando em equipe sob um mesmo foco e objetivo, a empresa conseguirá atender, de forma satisfatória, os requisitos federais dessa nova maneira de processamento fiscal.

Para Azevedo e Mariano (2009), o SPED Fiscal traz uma evolução da tecnologia. Em termos práticos, as organizações que já possuem um sistema ERP (Enterprise Resource Planning) precisam apenas fazer uma atualização tecnológica.

Segundo os autores observa-se que a primeira necessidade dessas empresas em relação a Tecnologia da Informação, é definir se o ERP irá possuir ou não o recurso; se o servidor suportará uma nova carga; se há hardware disponível para armazenamento das NF-e e dos certificados digitais (obrigatórios no processo de emissão da NF-e); como será a comunicação com a Sefaz; o pessoal destacado para ao menos monitorar o processo, e assim por diante. É necessário ainda atenção na hora de processar os dados, segundo uma pesquisa feita pelo IOB (2009), 8 em cada 10 empresas erram em algum passo do processo de transmissão de informação ao Fisco, por várias razões, que vão desde a falta de investimento e capacitação de pessoal, até o uso de ferramentas inadequadas.

O ideal seria que a empresa criasse uma auditoria eletrônica para minimizar os erros e os riscos para com o fisco, ou seja, é uma solução que avalia os procedimentos fiscais, a forma de tributação e a rotina dos departamentos de uma empresa, identificando inconsistências que produtos eletrônicos não enxergam e recomendando ajustes e adequações sob medida, seguindo os critérios de uma autêntica fiscalização.

O investimento em tecnologia é essencial para garantir o pleno funcionamento do novo processo de contabilidade tributária e a NF-e é apenas o primeiro passo para a modernização principalmente das pequenas e médias empresas, já que o investimento em softwares de gestão, além de agilizar este processo, permite o controle e o gerenciamento completo de todos os processos e departamentos da empresa este novo processo de escrituração fiscal muda também o trabalho do Contador, que precisa estar sempre atualizado em relação à legislação tributária, aumentando cada vez mais suas responsabilidades no gerenciamento da atividade, que deixa para trás os talões de notas fiscais em papel e dá espaço ao registro da operação por meio do processamento eletrônico e online dos dados.

O profissional contábil está passando por um momento em que exige muita reflexão, pois com o avanço da tecnologia da informação aliada ao grande desenvolvimento das telecomunicações, as coisas estão mudando dentro das organizações, que utilizam cada vez

mais da tecnologia para auxiliar seus gestores nas tomadas de decisões e na elaboração de planos estratégicos.

Meira Neto, Abdon (2003), afirmam que esse avanço da tecnologia da informação dentro das organizações vem ocorrendo também na área contábil, há alguns anos atrás as grandes empresas tinham departamentos de contabilidade, para classificar, conciliar, datilografar ou digitar lançamentos, etc.

Segundo a afirmativa do autor nota-se que hoje já não se vê mais isto, pois todo este trabalho está informatizado entende-se que a contabilidade, tanto a nível teórico como prático, tem se utilizado de uma forma pobre dos recursos disponíveis da informática para a concepção do seu sistema de informação. A Tecnologia da Informação veio somar, para ajudar e agilizar os serviços em contabilidade, todavia a fiscalização ficou ainda maior.

Segundo GIL (2000), nossa sociedade mundial, está cada vez mais depende da tecnologia, e necessita da qualidade do trabalho do ser humano, considerado por seu talento intelectual, para continuidade da caminhada com foco na melhoria dos negócios. Percebe-se a parti desta afirmativa o quanto é importante observar que estas mudanças trazidas pelo avanço tecnológico imprimem uma constante necessidade de atualização dos profissionais ligados à gestão das empresas, e muito especialmente os profissionais contábeis.

Diante do que foi proposto pelo autor observa-se que o profissional contábil está passando por um momento em que exige reflexão, pois com o avanço da tecnologia da informação, as s estão mudando, como por exemplo as escriturações digitais, dentro das organizações que utilizão cada vez mais da tecnologia para auxiliar seus gestores nas tomadas de decisões e na elaboração de planos estratégicos. Nota-se que qualificação é mais do que nunca imprescindível, é preciso se especializar, mostrar seu diferencial, a concorrência aumenta a cada dia, por isso profissionais capacitados estão cada vez mais próximos da realidade com Tecnologia da informaçãol.

Ainda segundo GIL (2000), desde o começo dos anos 90 a tecnologia da informação tem se desenvolvido de forma cada vez mais , principalmente na área de gestão, onde dentre outros, surgiram os softwares integrados de gestão, os chamados mensuração e informação que a contabilidade contribui ao desenvolvimento dos negócios indiretamente e à tomada de decisão diretamente. Percebe-se que a contabilidade tem hoje a missão também de informar aspectos econômicos através de dados não monetários, como por exemplo, o nível de risco a que se expõe uma entidade.

Segundo o que foi exposto pelo autor, essas mudanças não são de hoje, ja estavam projetadas ha muitos anos, e as coisas vem acontecendo naturalmente com a globalização.O mercado

tem necessidade de mudar, agilidade e informações cada vez mais seguras e acessíveis. Atualmente a tecnologia da informação é uma realidade no ambiente empresarial, tem influenciado na gestão das empresas, a maneira de fazer negócios, e o relacionamento entre clientes e fornecedores. Nossa sociedade mundial, cada vez mais depende da tecnologia para continuidade da caminhada com objetivo na melhoria dos negócios.

Ainda segundo GIL (2000), o avanço tecnológico tem trazido mudanças que se tornam necessários à atualização dos profissionais ligados à gestão das empresas, e especialmente os profissionais contábeis, onde o seu perfil exige mais qualificação do que o simples conhecimento e aplicação das técnicas de registro e o atendimento às regulamentações legais e tributárias. O SPED, numa análise maior, permite que o contabilista se modernize e se capacite em relação à nova tecnologia, tendo, portanto, mais tempo para atuar como parceiro de negócio da empresa, com visão crítica da atividade que realiza. As expressões “estratégica e informação” devem representar significado uniformes, o que gera um enorme impacto na permanência das empresas no mercado atual, portanto, é preciso manter uma equipe em contínuo aperfeiçoamento, os clientes exigem isso. Precisa-se de algo que se apresente em meios e objetivos composto de planos e metas, formando-se um indicador dos negócios da empresa e dos meios para reagir às mudanças. Todos esses fatores que são imprescindíveis para orientar o comportamento de uma organização, chamamos de estratégia.

A função e os desafios dos profissionais contábeis deixam de ser apenas narrativos e se transformam, na necessidade de atender a seus diversos segmentos de usuários, de suas diversidades e necessidades de informação para eficaz gerenciamento das suas atividades.

VASCONCELOS (2001, p. 09),

Os contadores têm importante papel no processo de solução de problemas, não como responsáveis por decisões, mas como responsável pelo levantamento e pela informação de dados que interessam. Seus relatórios têm que apresentar dados válidos, números que meçam as quantidades pertinentes para a decisão a ser tomada. Muitos administradores querem que o contador faça recomendações sobre a decisão apropriada, apesar de a escolha final sempre ser do executivo de linha.

O Contador vem assumindo uma função que oferece à sociedade vários benefícios, incluindo menores riscos ao investir, e melhor destinação de recursos, no seu dia-a-dia o profissional contábil se depara com inúmeras demandas oriundas de diversas fontes: governo, instituições

financeiras, aos sócios, acionistas e proprietários de cotas societárias, além dos administradores, diretores e executivos incumbidos de tocar a administração das empresas.

2.8. O Fisco

Segundo a Receita Federal (2010),

Fisco tem como maior interesses o cruzamento de dados bancários, Viabilidade de fiscalização automática do IRPF, PIS, COFINS, IRPJ, no âmbito Federal; Viabilidade de fiscalização de tributos estaduais e municipais com estes mesmos dados através de convênios a serem firmados entre União, Estados e Municípios – ISS, retroatividade da Lei que for instituída para fins de alterar os mecanismos de fiscalização; Necessidade de evitar o risco imediatamente. Desta forma percebe-se que os tributos realizados hoje poderão ser fiscalizados por LEIS ainda desconhecidas, que venham a ser publicadas nos próximos anos, já que é um sistema novo não existe lei específica. Com a implantação da NF-e e o SPED Fiscal que são dois mecanismos automatizados, que uma vez implantados, possivelmente criarão o maior mecanismo de controle de tributos para o Fisco, tendo em vista a possibilidade de cruzamentos de dados de todas as espécies. Implementada a NF-e e o SPED Fiscal, o Fisco terá à sua disposição todas as informações das empresas, em todos os níveis para possíveis fiscalizações, desde que percebida distorções nas informações transmitidas. A melhor forma além da qualificação é a prevenção que pode ser feita tomando algumas medidas como:

- Todas as empresas comecem já a regularizar a parte fiscal;
- Façam um projeto piloto de adaptação dos sistemas à NF-e e ao SPED, antes que se torne obrigatório;
- Tenham uma posição extremamente conservadora quanto ao pagamento de tributos;
- Caso optem pelo não pagamento de algum tributo, que o façam mediante ação judicial preventiva;

- Façam o planejamento ou gestão tributária da empresa, considerando ao máximo as tendências tecnológicas de fiscalização para prever de forma mais objetiva o risco das decisões tomadas.

O Fisco implantou através da modernização tecnológica o SPED fiscal para ter um melhor controle fiscal, melhorando desta forma o intercâmbio e compartilhamento de informações entre os fiscos, para reduzir os custos, diminuir a sonegação fiscal e aumentar consequentemente a arrecadação de impostos.

3. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção apresenta-se a Identificação do perfil do profissional de contabilidade da cidade de Sousa/PB diante das concepções, motivações e dificuldades com a implantação do Sped Fiscal, a análise foi feita de acordo com a metodologia apresentada e os resultados obtidos com os questionários aplicados.

Para analisar o perfil foram estudadas questões do tipo grau de instrução, faixa etária, experiência no ramo da profissão, área de atuação, horas trabalhada por dia e dificuldade no exercício da profissão.

Na análise do gráfico 1 foi observado que dos 20 profissionais questionados na cidade de Sousa/PB 60% deles possui Curso Técnico em Contabilidade, 30% Nível Superior e apenas 10% possui pelo menos uma Pós-Graduação, a expectativa deste quadro reverter é muito grande visto que na cidade foi implantado um curso de Graduação em Ciências Contábeis, com novos profissionais entrando no mercado de trabalho o número de graduados será maior que o número de técnicos.

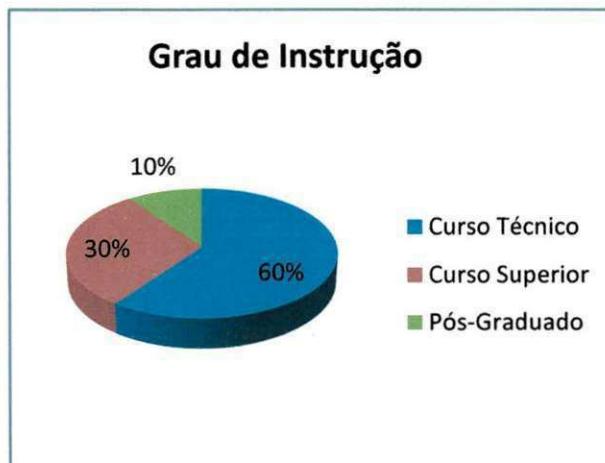


GRÁFICO1-Grau de Instrução

Fonte: Dados da pesquisa 2010

O Gráfico 2 mostra a faixa etária dos profissionais contábeis, onde 50% deles estão entre 31 a 45 anos de idade, 25% estão entre 18 a 30 anos e os 25% restantes entre 46 a 60 anos. Como se pode perceber metade dos entrevistados estão entre 31 a 45 anos, ou seja, são muito experientes no ramo da contabilidade, como houve uma média de 25% de profissionais atuando no mercado com idades entre 46 a 60 esse quadro tende a mudar nos próximos anos sendo que o índice de idade entre 18 a 30 terá um aumento relativo, porque cada vez mais os

jovens estão entrando no mercado de trabalho e pela idade dos entrevistados o tempo de aposentadoria esta bem próximo, aumentando espaço para novos profissionais.

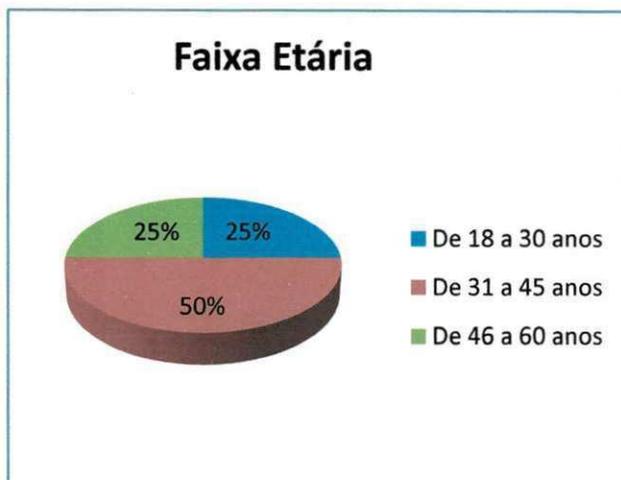


GRÁFICO 2- Faixa Etária

Fonte: Dados da pesquisa 2010

Por sua vez, o Gráfico 3 demonstra a experiência profissional onde o maior número de profissionais atuantes estão no mercado a uma média entre 06 a 15 anos demonstrando 50% dos respondentes, 25% possui entre 16 a 25 anos de experiência, 20% possui até 5 anos e 5% possui acima de 25 anos de trabalho. O que mostra que os profissionais são experientes e precisam estar se capacitando para acompanhar as mudanças que estão ocorrendo na profissão contábil com a inserção da tecnologia da informação.



GRÁFICO 3- Experiência Profissional

Fonte: Dados da pesquisa 2010

No que se refere a área de atuação o Gráfico 4 mostra que a maioria dos respondentes, o que corresponde a 95% deles só atuam como contabilista, 5% não informou. Isso confirma a análise do gráfico 1 onde a maioria possui curso técnico, já que não há exigência de nível de Graduação para atuar como contabilista, mas sim para outras áreas que ainda não estão sendo totalmente exploradas como auditor, perito, professor que exige o nível de graduação. O que tende a mudar já que na cidade possui um curso de nível superior em Ciências Contábeis e com novos profissionais entrando no mercado a expectativa é que aumente o número de contadores de nível superior, auditores, peritos, professores universitários entre outras áreas em que exige o título de Graduado.



GRÁFICO 4- Área de Atuação

Fonte: Dados da pesquisa 2010

Observa-se através do gráfico 5 as horas trabalhadas ao dia, onde a maioria dos entrevistados passa de 9h a 10h se dedicando ao trabalho, ou seja, trabalham um pouco acima do que é estipulado por lei de 8h por dia, o que corresponde a 45% dos entrevistados, em seguida aparecem os que passam 25% do tempo trabalhando o que corresponde a 8h trabalhadas e de 11h a 12h e ainda 5% dos entrevistados passam mais de 12h no exercício de sua profissão, ou seja, a metade de um dia.



GRÁFICO 5- Horas trabalhadas por dia

Fonte: Dados da pesquisa 2010

O gráfico 6 que retrata as dificuldades encontradas no exercício da profissão, houve resposta variadas onde a que mais foi afirmada é a falta de valorização profissional que ficou com uma média de 55% dos respondentes, em segundo ficou a concorrência desleal com 25% das questões respondidas, já 10% afirma que uma grande dificuldade enfrentada é a baixa remuneração profissional, e 10% dos respondentes não quiseram opinar.



GRÁFICO 6- Dificuldades no exercício da profissão

Fonte: Dados da pesquisa 2010

Para acompanhar as mudanças que estão ocorrendo na profissão contábil é necessário que os profissionais da área estejam buscando diariamente as novidades, e aumentando seu conhecimento, relacionado a essa afirmativa de acordo com o gráfico 7, 60% dos entrevistado

responderam que a maior fonte de atualização e informação buscada pelos mesmo é a internet por ser mais acessível, em seguida os boletins informativos, e em último lugar e com as mesmas proporções estão os livros e os cursos cada um com uma média de 10%.

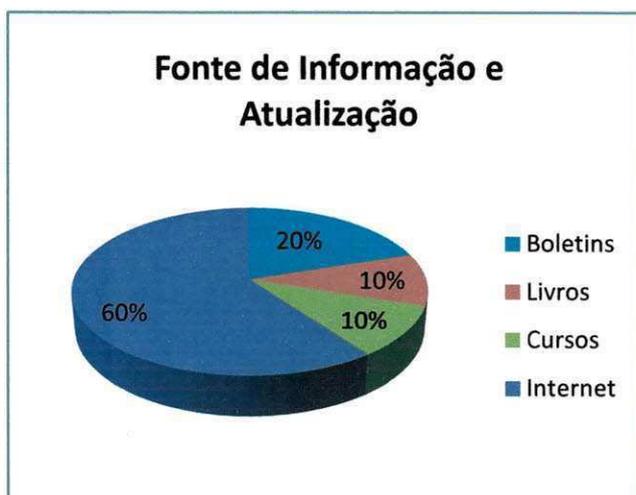


GRÁFICO 7- Fonte de informação e Atualização

Fonte: Dados da pesquisa 2010

A maioria dos profissionais de contabilidade afirmam ter conhecido o Sped Fiscal pela internet, com uma média de 60% que é na atualidade a fonte de informação mais rápida e acessível, como mostra o gráfico 8, e 40% obtiveram a informação em cursos que frequentaram, essa média confirma os dados do gráfico 7 onde os contabilista responderam que sua maior fonte de informação e atualização é a internet.

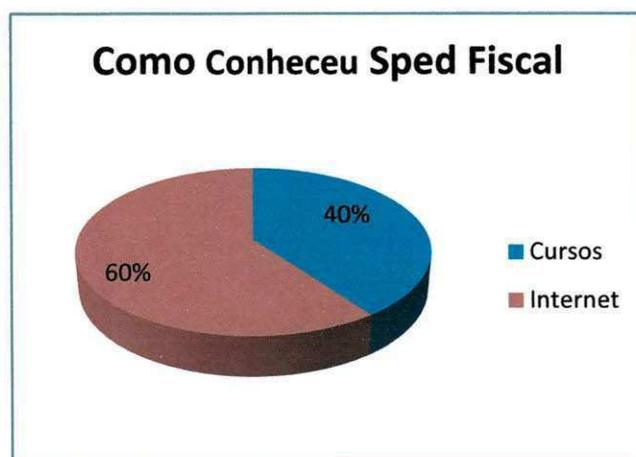


GRÁFICO 8- Como conheceu Sped Fiscal

Fonte: Dados da pesquisa 2010

Através do gráfico 9 observa-se qual a mudança ocorrida com o dia-a-dia do profissional de contabilidade com a implantação do Sped Fiscal, onde 45% dos respondentes afirma que com o Sped Fiscal foram agilizadas as obrigações, 35% consideram que houve uma valorização profissional, 15% acha que melhorou a profissão contábil, e 5% não vê mudança alguma, afirmando que tudo permaneceu como era antes dessa implantação.



GRÁFICO 9 – Com o Sped Fiscal a Profissão Contábil

Fonte: Dados da pesquisa 2010

De acordo com gráfico 10 observa-se que com a implantação da NF-e em função do Sped Fiscal os serviços de contabilidade foram agilizados é o que afirma a maioria dos entrevistados o que corresponde a 40% das respostas, 30% respondeu que os serviços melhoraram, 25% acham que valorizou o serviço e apenas 5% diz continua da mesma forma, que não viu alteração.



GRÁFICO 10- Com a NF-e os Serviços Contábeis

Fonte: Dados da pesquisa 2010

O gráfico 11 mostra que de forma unanime todos os 20 entrevistados concordam com as mudanças que estão ocorrendo na profissão contábil, onde 100% dos respondende afirmam que sim, desta forma confirmamos os dados dos gráficos 9 onde a maioria dos entrevistados respondeu que com o Sped Fiscal a Profissão contabil ficou mais ágil e confirmamos ainda o resultado do gráfico 10 onde a maioria afirma que com a NF-e os serviços contábeis ficaram mais rápidos, de acordo com o gráfico 11 todos os respondes afirmam que essas mudanças acarreterá em uma agilidade e valorização da profissão contábil.



GRÁFICO 11- Concorda com as mudanças na profissão

Fonte: Dados da pesquisa 2010

De forma a confirmar os dados anteriores (gráfico 11), o gráfico 12 nos mostra que os Contabilistas da cidade de Sousa/PB estão cada vez mais engajados nas mudanças da profissão, 100% dos respondentes afirmaram que as mudanças são importantes para alavancar a profissão contábil de forma a proporcionar reconhecimento e valorização por parte dos clientes e da sociedade em geral.



GRÁFICO 12- Mudanças Importantes para Alavancar a Profissão Contábil

Fonte: Dados da pesquisa 2010

Como toda mudança que ocorre é natural que tenha seu lado positivo e negativo, em relação as dificuldade enfrentadas pelos Contabilistas com a implantação do Sped Fiscal a maioria respondeu que o sistema era complexo, ou seja, de difícil compreensão e manuseio, o que corresponde a 45% das respostas, 30% afirmam que o cliente não colabora de forma a não atender suas solicitações, e 25% afirma que é um processo lento devido a burocracia são muitas exigências para implantação.



GRÁFICO 13- Dificuldades na implantação do Sped Fiscal

Fonte: Dados da pesquisa 2010

O gráfico 14 nos mostra que 65% dos entrevistados afirmam que houve uma aceitação boa de seus clientes, ou seja, eles aceitaram que tinham por força de lei que implantar o Sped Fiscal, isso não se contrapõe a dados anteriores onde por exemplo no gráfico 13 mostra que 30% disseram que seus clientes não colaboram com a implantação do Sped Fiscal, pois 65%

aceitaram isso não indica que os mesmo 65% colaboraram com o trabalho dos contabilistas na parte de implantação do Sped Fiscal.



GRÁFICO 14- Aceitação do Cliente

Fonte: Dados da pesquisa 2010

Mas uma vez os dados dos graficos vem dar mais firmeza a pesquisa, o gráfico 15 mostra que 70% dos respondentes afirmam que seus clientes colaboram com a implantação do Sped Fiscal apenas as vezes, dificultando o trabalho do contabilista na prestação de seu serviço, e apenas 30% respodem que seus clientes colaboram a totas suas solicitações. Afirmando mais uma vez os dados anteriores onde 65% aceitaram mas não indica que os mesmos colaboraram.



GRÁFICO 15- Cliente Colabora com a Implantação do Sped Fiscal

Fonte: Dados da pesquisa 2010

Neste caso o gráfico 14 confirma os dados do gráfico 15, onde 70% dos entrevistados afirmam que a aceitação de seus clientes foi boa, e 70% afirma que às vezes os mesmos colaboraram com a implantação do Sped Fiscal o que indica que aceitar por força da Legislação tributária não fará com que os mesmos colaborem com essa implantação. E 35% diz que a aceitação foi ruim onde houve alguns questionamentos, todavia 30% afirma que o cliente não causou nenhum empecilho para que fosse implantado o Sped Fiscal.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tecnologia da informação está sendo um tema bastante abordado atualmente tanto pelos contribuintes como pelo fisco, sendo a mesma necessária nos mais variados ramos de atuação se tornando uma forma de estratégia de atuação feita pelas empresas na execução de seus trabalhos, pois para permanecer no mundo competitivo é preciso atualização e modernização para continuar forte em relação à concorrência, a TI está sendo muito implantada ainda devido a sua agilidade e precisão nas informações prestadas, transmitindo dados com uma maior confiabilidade e segurança.

Analisando o resultado dos dados apresentados neste trabalho pode-se perceber, que o interesse dos profissionais de contabilidade em relação à evolução das novas formas de prestação de seus serviços, através da implantação de técnicas inovadoras. Baseado nesta pesquisa, a análise dos resultados mostrar o interesse e o perfil dos profissionais da área contábil da cidade de Sousa/PB que estão atuando no mercado de trabalho. Mostrando ainda as mudanças ocorridas com a implantação do Sped Fiscal (Sistema Público de Escrituração Fiscal Digital), desde sua implantação imposta pelo Decreto 6.022/07, mostrando na explanação do trabalho os conteúdos que abrange o tema em estudo, como também suas vantagens e desvantagens tanto para os contribuintes como para o fisco, indo além para melhor compreensão do leitor é explicado de forma minuciosa o funcionamento do Sped Fiscal. É preciso se atualizar para acompanhar as mudanças que estão ocorrendo no mercado financeiro e tecnológico em todo o mundo, e para acompanhar essa evolução o Brasil implantou o SPED Fiscal que tem o objetivo de trazer a padronização e o compartilhamento das informações fiscais que através da integração com o fisco ocorrerá com maior facilidade e agilidade as fiscalizações de atos ilícitos.

Diante do que foi analisado sobre as concepções observou-se que os profissionais de contabilidade da cidade de Sousa/PB conhecem bem o Sistema Público de Escrituração Fiscal Digital, se informam e se atualizam constantemente através de internet, livros, cursos e boletins para acompanhar as mudanças que ocorrem na profissão e prestar um melhor serviço a seus clientes.

Sobre as motivações observou-se que os profissionais de contabilidades entrevistados estão bastante motivados com as mudanças que estão ocorrendo na profissão contábil, de forma que as mesmas iram alavancar a importância do profissional, onde esses profissionais serão mais reconhecido e valorizado diante da sociedade, já que foi constatado nos resultados desta pesquisa que a maior dificuldade encontrada pelos mesmos é a falta de valorização.

Em relação às dificuldades observou-se que os respondentes sentirão algumas dificuldades para implantar o Sped Fiscal, dentre algumas dificuldades estar o de ser um sistema complexo de difícil compreensão e manuseio, outra dificuldade de bastante relevância foi a de que os clientes não colaboraram com os profissionais na implantação da Escrituração Fiscal Digital de forma a prejudicar o andamento do trabalho do profissional.

Em suma de acordo com os dados analisados do questionário, ficou claro que os profissionais de contabilidade da cidade Sousa/PB estão se informando para acompanhar as mudanças ocorridas na profissão. Que os mesmos devido estas mudanças estão se engajando para se qualificarem e não ficarem para trás em relação a seus concorrentes. Os dados mostram ainda que esses profissionais acham de grande importância que ocorram essas mudanças para poder alavancar a profissão contábil, já que eles afirmaram ainda que uma grande dificuldade enfrentadas pelos mesmos é a falta de valorização, onde seus clientes e até mesmo a própria sociedade ainda não se deu conta do real valor do profissional de contabilidade.

A pesquisa feita teve todos seus objetivos alcançados onde o principal objetivo que era o de "Investigar as concepções, motivações e dificuldades, encontradas pelos profissionais de contabilidade do município de Sousa/PB com a implantação do Sped Fiscal. A problemática em questão juntamente com os objetivos foi totalmente respondida de forma satisfatória pelos profissionais de contabilidade através do questionário que para maior entendimento dos respondentes foi dividido em 4 parte, a primeira o perfil do profissional a segunda as concepções, a terceira as motivações e finalizando as dificuldades encontradas pelos mesmos com a implantação do Sped Fiscal.

REFERÊNCIA

AZEVEDO, Osmar Reis. MARIANO, Paulo Antonio. **SPED Sistema Público de Escrituração Digital**. São Paulo: IOB, 2009.

BEAL, A. **Gestão Estratégica da Informação**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

Beuren, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2006.

CHURCHMAN, C. W. **Introdução à teoria dos sistemas**. 2ª. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1972.

CORNACHIONE JR, Edgard Bruno et al. Impactos da Internet sobre a Evolução da Ciência Contábil. **Revista de Contabilidade do CRCSP**, São Paulo, ano 1, v.1, p.24-31, ABR/1997.

GIL, A. L. **Auditoria de Negócios**, São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

Levantamento da IOB Soluções 2009. Net. Disponível em <http://www.financialweb.com.br/noticias> acesso em 20 abril de 2010

LOPES, Alexsandro Broedel; MARTINS, Eliseu. **Teoria da Contabilidade: uma nova abordagem**. São Paulo: Atlas, 2005.

MEIRA NETO, Abdon. **O Profissional Contábil diante das necessidades decisórias dos empresários e gestores, considerando o ambiente tecnológico atual** – São Paulo, Unifecap, 2003

Ministério da Fazenda. Net. Disponível em <http://www.serpro.gov.br/serpronamidia/receita-ativa-sefaz-virtual-nacional-para-nf-e/> acesso em 25 abril de 2010

Ministério da Fazenda. Net. Disponível em <http://www.serpro.gov.br/serpronamidia/receita-ativa-sefaz-virtual-nacional-para-nf-e/> acesso em 25 abril de 2010

OLIVEIRA, Edson. **Contabilidade Informatizada**, 1. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1997.

OLIVEIRA, Luis Martins de. et al. **Manual de Contabilidade Tributária**. 2. Ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2003,

PASA, Eduardo Cesar. O Uso de documentos eletrônicos na Contabilidade. **Revista Contabilidade & Finanças FIPECAP** – FEA – USP, São Paulo, v.14, nº 25, p.72-83, JAN/ABR/2001.

Receita Federal do Brasil – RFB. Net. Disponível em <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-o-projeto/beneficios.htm>> acesso em 10 abril. 2010.

Receita Federal do Brasil – RFB. Net. Disponível em <http://www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-o-projeto/objetivos.htm>> acesso em 10 abril. 2010.

Receita Federal do Brasil – RFB. Net. Disponível em <http://www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-o-projeto/certificacaodigital.htm>> acesso em 10 abril. 2010.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

Sá, Antônio Lopes de. Teoria da Contabilidade. São Paulo, Atlas: 1998.

SANTOS Anderson Gomes do; SILVA Cleiton Aparecido da; OLIVEIRA Thiago Rogério de. TCC: Descrição Funcional e Técnica da Nota Fiscal Eletrônica a ser Implementadas em Empresas do Ramo de Laticínios. São Paulo, 2009.

SANTOS, Kátia Gardênia dos. SPED – **O Enfoque na Escrituração Contábil Digital.** Net. Paraná, 2º quadrimestre 2009. Ano 34, nº. 154. Disponível em: <<http://www.crcpr.org.br/publicacoes/downloads/revista154.pdf>> acesso em 05 Março. 2010.

Secretaria Do Estado da Fazenda do Maranhão Net. Disponível em <http://www.sefaz.ma.gov.br/NFE/descricao.asp/acesso> em 25 abril de 2010.

SILVA, Nivaldo Carvalho da. Contabilidade digital: As empresas e profissionais estão preparados? **Revista Contábil & Empresarial Fiscolegis.** São Paulo, AGO/2006,

SOUZA, Antonio Carlos de; FIALHO, Francisco Antonio Pereira; OTANI, Nilo. TCC: Métodos e Técnicas. Florianópolis: Visual Books, 2007,

TV Contábil. Net. Disponível em <http://www.tvcontabil.com.br/SPED-e-NF-e/340.html> acesso em 25 de abril de 2010.

VASCONCELOS, A. M. B. A Importância da contabilidade gerencial e do novo contador para a administração. Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2001. Disponível em: <http://www.nossocontador.com/Artigos/43.pdf> Acessado em 28/07/2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Q u e s t i o n á r i o

Como se comporta os Profissionais de Contabilidade da cidade de Sousa/PB diante das novas mudanças na Profissão?

Perfil:

01-Grau de Instrução

Curso Técnico Curso Superior Pós-Graduação

02-Faixa Etária

18 a 30 31 a 45 46 a 60 acima de 60 não informou

03-Experiência, quanto tempo no ramo da profissão contábil

até 05 anos 06 a 15 16 a 25 acima de 25 não informou

04-Área diversa de atuação

Contador Auditor Consultor Perito Professor não informou

05-Quanto tempo trabalha em média horas/dia.

até 08 09 a 10 11 a 12 acima de 12 não informou

06-Principal dificuldade do exercício da profissão

Baixa Remuneração Constante mudanças na legislação Falta de valorização profissional Concorrência desleal Falta de reconhecimento não informou

Concepção sobre SPED:

07-Principais fontes de informações e atualizações:

Artigos Internet Boletins Informativos Revistas Técnicas Livros Cursos

08-Como conheceu o Sistema Público de Escrituração Fiscal– SPED.

Cursos Internet Livros Colegas de classe ainda não conhece

09-Com o Sistema Público de Escrituração Fiscal – SPED, a profissão contábil:

Piorou Igual Melhorou Agilizou Valorizou

Motivação:

10-Com a implantação da NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), os serviços de contabilidade:

Piorou Igual Melhorou Agilizou Valorizou

11- Concorde com as mudanças que estão acontecendo na profissão contábil com a implantação da tecnologia da informação:

Sim Não

12- Considera importante tamanha mudança para alavancar o profissional de contabilidade:

Sim Não

Dificuldades:

13-Qual maior dificuldade encontrada com a implantação do SPED Fiscal:

Sistema complexo Burocracia na implantação Difícil adaptação Cliente não colabora

14-Como foi a aceitação dos clientes:

Ótima Boa Ruim Péssima Não Concordou

15- Sua clientela colabora com as mudanças, de forma a atender suas solicitações:

Sim Não Às Vezes Nunca Não Informou

RELAÇÃO DOS CONTADORES

| <u>CONTADOR</u> | <u>TELEFONE</u> | <u>CELULAR</u> |
|-----------------------|-----------------------|----------------|
| NILZA | 3521.1582 | _____ |
| WÂNIA | 3521. 1220 | _____ |
| ÂNGELA PEREIRA DANTAS | 3521.2093 | _____ |
| CLEIDE | 3522.3739 /9967.2712 | _____ |
| DORINHA | 3522.2278 | _____ |
| ZELITO | 3522.2685/9967.5178 | _____ |
| FÁTIMA BERNADO | 3522.1003 | _____ |
| BOSCO TEODORO | 3521.2625/9967.3751 | _____ |
| CHICO TRAJANO | 3522.1190 | _____ |
| EDVAN MOREIRA | 3522.1602/9961 4210 | _____ |
| RIBEIRO | 3522.2207 | _____ |
| FÁTIMA BRAGA | 3522.3181 /9367-3765 | _____ |
| FÁTIMA LIRA | 3521.2462/9967.3183 | _____ |
| ELIZABETE (BETINHA) | 3522.1557 | _____ |
| WELLINGTON | 3522.2727/9966.3075 | _____ |
| ZEZINHO | 3544.1059/9961.6559 | _____ |
| DINARTE | 3522.1737/9961.2764 | _____ |
| SOCORRO BEZERRA | 3521.2751/9965.0144 | _____ |
| ALEXSANDRO | 3521.2386/9961-6837 | _____ |
| TEREZINHA | 3522.4443 | _____ |
| EDUARDO | 3521.2764 | _____ |
| ELENUZA | 3521.1725 | _____ |
| ZÉ CARLOS NONATO | 3522.3557 | _____ |
| AURINETE | 3521.1201 / 9967.4849 | _____ |
| THARDELLY | 3525.1022 | _____ |
| RITA PAZ DA SILVA | 3522.2981 | _____ |
| DODORA | 3522.3694/9967.2874 | _____ |
| HERQUIMEIRE CRISTINA | 3522.3172/9315.3110 | _____ |
| ALEX (TRAJANO) | 3522.4108/99655657 | _____ |
| JUDIVAN | 3543.1058 | _____ |
| ADNA AFONSO BATISTA | 3522-1083 | _____ |
| ELENUZA 5223959 | 8837-1869 | _____ |

